

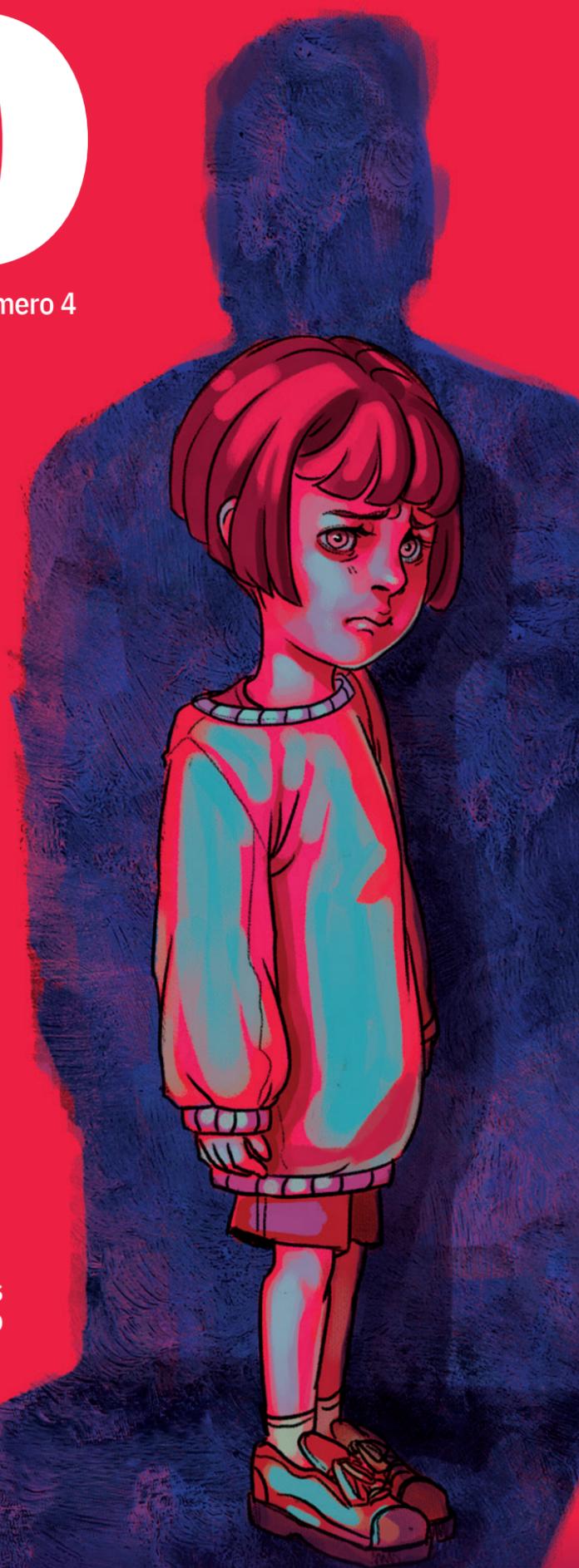
ZERO

Curso de Jornalismo | UFSC | Florianópolis | Novembro de 2018 | Ano 37 | Número 4

VIOLÊNCIA | Página 7

Arquivos do silêncio

Crianças e adolescentes explorados sexualmente vivem à sombra das falhas das instituições. De 176 denúncias ao Disque 100 em 2017, o MP registrou só cinco



CULTURA | Página 3

Museu da UFSC segue fechado e sem alvará dos bombeiros

INFÂNCIA | Página 5

Coaching encontra novo nicho no universo infantil

CIDADE | Página 12

Mercados de bairro e atacadistas disputam espaço

TRADIÇÃO | Página 14

Oktoberfest e Blumenau: o imaginário europeu em SC



Néri Pedrosa é formada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), vive e atua em Florianópolis (SC). Jornalista, é diretora da NProduções, microempresa voltada para projetos no campo da cultura. Tem experiência em jornalismo cultural e na implantação de projetos jornalísticos, como cadernos e suplementos especiais, nos jornais *A Notícia* e *Notícias do Dia*. Integra a Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), a Academia Catarinense de Artes e Letras (Acla) e, como sócia-fundadora, faz parte da diretoria do Instituto Schwanke, em Joinville, onde atua como vice-presidente.

Em primeiro lugar, destaco a importância da publicação sob o ponto de vista reflexivo e de aprendizagem. O jornal está na história acadêmica do jornalismo de SC. A edição set/2018, ano 37, nº 3 é potente sob o ponto de vista dos assuntos, pertinentes ao momento vivido pelo Brasil. O sólido resultado decorre de uma reunião de pauta eficiente, crítica e comprometida não só com a comunidade universitária mas atenta às urdiduras que compõem o tecido sociopolítico e econômico do país. Os temas são substantivos em leitura comparada e diante do fenômeno da cretinização de grande parcela dos veículos de comunicação que perderam vocação crítica, equilíbrio editorial e a compreensão de que o jornalismo também envolve produção de pensamento.

De quantos modos é possível analisar um jornal? Sem adentrar muito na redação, é possível pensá-lo por inteiro como produto gráfico que, feito de papel, carrega potências de memória e credibilidade. Tenho uma inquietação: a apatia do jornalismo impresso diante das radicais mudanças ocorridas na era da comunicação. Com o virtual no lugar do real, há rupturas no comportamento, nas dinâmicas sociais, tudo se articula em alta velocidade, no múltiplo, no nômade, na hibridização, nos fragmentos. O formato dos produtos jornalísticos não se ajustou, em nada incorpora os paradigmas do contemporâneo no modo de apresentar a notícia.

Sendo produto acadêmico, portanto de experimentação, a questão a ser encarada é a de busca de melhor sintonia entre as abordagens/textos e fotos/infográficos. Sem fugir do padrão, a diagramação deve sofisticar os recursos gráficos, pensar que o jornalismo impresso está associado à semiótica e efeitos estéticos. Cor, linha, fonte, corpo dos textos, subtítulos, infográficos, fotos, tamanho dos títulos – enfim, seguir a gênese do projeto **Zero** e até onde posso propor experimentação e informação?

Pelo enfoque crítico, trata-se de um jornal de resistência. Situa-se entre os direitos e sua inexistência, é preciso resistir, diz o editorial. O radar está nos dilemas da comunidade LGBT, no assombro da Operação Ouvidos Moucos, o trauma da morte do reitor Luiz Carlos Cancellier, a PEC das Domésticas, a agricultura familiar, descasos, violência, contradições, descaso público. O formato não traz fibrilação, é pouco atrativo. Não parece que são jovens fazendo jornalismo para

um público jovem. A edição precisa ter frescor além de textos bem apurados.

Primazia do texto sobre as imagens? Apesar disso, instaurar equilíbrio, dialogia entre fotos e infográficos, não só uma foto grande, talvez outras menores, não só fotos horizontais abertas, também verticais, bonecos, detalhes, outros entrevistados. Criar curvas. Uma boa história ganha solidez se está à luz de recursos gráficos bem pensados, razão pela qual o diagramador deve ler o conteúdo. Cada página é um corpo que precisa ser construído em complexas etapas de trabalho que envolvem um coletivo de pessoas com enormes responsabilidades diante do “puro relato dos fatos”.

Há pouca invenção, poucas fotos, a maioria aberta e no alto da página. Tudo horizontalizado, reto. Cor vermelha nos capitulares e nos destaques; cor que passa a ser pink no tema LGBT que ganha uma vibração diferenciada, mais alegre. Sob o ponto de vista editorial, da técnica de edição, chama atenção a ausência de crédito nas fotos. Em defesa da lei de direito autoral, indico uma reavaliação do critério.

Títulos bons: “Sobreviver e resistir no paraíso”. Linha de apoio: Violências contra a população LGBT de Florianópolis desfazem imagem acolhedora da capital. Melhor ficaria: Violências contra a população LGBT desfazem imagem acolhedora de Florianópolis. Outro título bom: “À deriva em um mar de incertezas”. De acordo com a foto, o desolado olhar do seu Andriano, eu ficaria só com “À deriva”, guardando o mar de incertezas para outro suporte de título. O *lead* é consistente, pega um outro personagem morador – seu Andriano para entrar no drama de seu Cacau.

Matéria “Famílias que colocam comida na sua mesa”: fotos pouco relevantes, sem potencial informativo, não atraem à leitura.

Escrever, descrever com exatidão, não é fácil.

Editar é pensar.

O caráter coletivo do jornal, que se dá em condições dinâmicas, de absoluta fluidez, perigos e responsabilidades da profissão, em estritos prazos de fechamento, confere ao produto a singularidade da eterna imperfeição. É preciso crer na prática da humildade, da discussão permanente, atuar com dimensão ética e olhar humanista, em consonância com pensamentos e decisões pautadas pela interação com o outro e a sociedade.

EDITORIAL

No estado de Santa Catarina, a segurança e a inocência de crianças estão em perigo. Os casos de abuso e exploração sexual infantil se perdem em um labirinto de burocracias, que começam no registro das denúncias pelo Disque 100 e vão até os Conselhos Tutelares, para só então partir para estratégias de investigação. Sem a visibilidade e o tratamento adequado pela sociedade e órgãos públicos, é ainda mais difícil dimensionar o problema, fazendo com que prevaleça seu desconhecimento. Em busca de trazer à tona um assunto que carece não apenas de registro, mas de atenção da sociedade, este é o tema da reportagem especial desta edição, a quarta deste ano e a segunda desta equipe.

A infância também está presente em outros textos do **Zero**, mostrando contextos desiguais. Enquanto projetos sociais oferecem práticas esportivas para crianças em comunidades carentes, sessões de *coaching* infantil são procuradas por famílias que querem adequar determinados comportamentos de seus filhos.

Em setembro, o Brasil tragicamente se deparou com dilemas sobre a sua relação com a memória e o passado. No **Zero**, mostramos como algumas tradições chegam ao fim, substituídas por modelos de negócios de grande escala. Em Florianópolis, o fechamento de mercados de bairro encerra uma era de pequenos comércios familiares; e em Blumenau, a cultura do chamado “Vale Europeu” é atração nacional, vista como uma “cultura natural”, mas que é “fabricada” a cada ano.

O incêndio no Museu Nacional despertou a reflexão sobre investimentos e abandono da cultura no país. Em Florianópolis, a situação se repete, com o MARQUE, o Museu de Arqueologia e Etnologia, da UFSC, um dos principais acervos de memória local negligenciado pelos órgãos públicos.

Em período de eleição, o **Zero** se colocou ao lado da liberdade de expressão e da democracia. Trazemos um infográfico explicativo sobre as funções de cada cargo eletivo, nas esferas federal e estadual do país, com o intuito de orientar os cidadãos e os eleitores a fiscalizar a atuação dos poderes Executivo e Legislativo. Boa leitura!



ZERO

JORNAL-LABORATÓRIO ZERO
Ano 37 - Nº 4
Novembro de 2018

Mande críticas, sugestões e comentários. Participe!

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

📱 /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo

Centro de Comunicação e Expressão

Universidade Federal de Santa Catarina

Trindade | Florianópolis | SC | CEP: 88040-900



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil

EXPOCOM 1994



Melhor Jornal-Laboratório - I Prêmio Foca

Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina 2000



Melhor Jornal-Laboratório

EXPOCOM SUL 2015 & 2017



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil

EXPOCOM 2015



Reportagem em Jornalismo Impresso

EXPOCOM NACIONAL 2017 & 2018



Reportagem em Jornalismo Impresso

EXPOCOM SUL 2017 & 2018



Melhor Peça Gráfica

Set Universitário | PUC-RS

1988, 1989, 1990, 1991, 1992 & 1998



Proposta de pauta vencedora

10º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão

REPORTAGEM

Amanda Regina Rosa, Andrey Frasson, Carla Mereles, Carolina Maingué, Catarina Duarte, Fernanda Felizari, Gabriel Gentile, Ilana Cardial, Jéssica Cescon Antunes, Júlia Mallmann, Lívia Schumacher, Manoela Bonaldo e Reginaldo de Castro

REDES SOCIAIS

Carolina Bernardi, Maria Luiza Pires, Pedro Bermond Valls e Víctor Lacombe

FOTOGRAFIA

Andrey Frasson, Aline Ramalho, Carla Mereles, Mariany Alves Bittencourt e Pedro Cruz

INFOGRAFIA

Camila Saplak, Ildo Francisco Golfetto e Júlia Mallmann

CARTUNISMO

Cláudio Duarte

DIAGRAMAÇÃO

Camila Saplak, Carolina Maingué, Júlia Mallmann e Natália Walter

PROJETO GRÁFICO

Bruna Elisa Mayer, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancelier

REVISÃO FINAL

Valentina da Silva Nunes e Alggeri Hendrick

CHEFIA DA EDIÇÃO

Giovanni Vellozo e Natália Walter

CAPA

Ildo Francisco Golfetto e Júlia Mallmann
Ilustração: Luana Marques

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Ildo Francisco Golfetto (SC 02372-JP)
Valentina da Silva Nunes (MTB MS 14224)

MONITORIA

Júlia Mallmann

IMPRESSÃO

Imprensa UFSC

DISTRIBUIÇÃO E TIRAGEM

1.000 exemplares – Nacional

FECHAMENTO

21 de novembro 2018

MARquE segue fechado por falta de segurança

Museu Universitário está interditado desde setembro sem previsão de reabertura

Um esqueleto pré-histórico mudou por um dia o ambiente da obra do Elevado do Rio Tavares, no sul da Ilha de Florianópolis. A ossada encontrada ali no mês de agosto deste ano era de um Homem do Sambaqui, como são conhecidos os primeiros grupos humanos que habitaram o litoral catarinense. Após serem retirados do local por pesquisadores, os ossos foram encaminhados, para análise, ao Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No museu universitário, esse esqueleto se juntou às mais de 45 mil peças do acervo, que inclui objetos de tribos indígenas, peças de renda de bilro e elementos da cultura florianopolitana.

Desde o dia 10 de setembro, no entanto, visitantes e pesquisadores não têm acesso a esse vasto acervo cultural, pois o museu está interditado devido à falta de condições de segurança. Em nota à comunidade universitária, a equipe do MARquE disse que “opta por não colocar visitantes e pesquisadores em risco” e determinou a suspensão dos atendimentos externos e visitação ao museu.

A história do MARquE remonta ao antigo Instituto de Antropologia, criado em 1965. A entidade foi uma das precursoras do estudo da área no Estado de Santa Catarina. O Instituto foi transformado em Museu de Antropologia em 1970, após uma reforma universitária instituída pelo governo militar, sendo transformado oficialmente em Museu Universitário em 1978. Sua transformação mais recente foi em 2012, quando recebeu a denominação atual. Nesse ano também foi inaugurado o atual Pavilhão de Exposições que, atualmente, encontra-se interditado.

Esse pavilhão levou oito anos para ser construído e, mesmo sendo uma obra recente, já apresentou vários desgastes estruturais, como goteiras, infiltrações e problemas elétricos. Após fechar o museu para o público, a equipe do MARquE colocou em sua fachada 75 formulários SPAs. SPA é a sigla para Sistema de Gestão de Processos Administrativos, ambiente onde são registrados os pedidos de manutenção da UFSC. Entre os serviços solicitados, estão a manutenção dos equipamentos de ar-condicionado da reserva técnica do museu, a drenagem do excesso de água no fosso do elevador e em calhas, e o reparo do alarme de incêndio que dispara sem qualquer princípio de fogo, de acordo com os funcionários.

Todos esses pedidos de manutenção são encaminhados à Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente da UFSC (SEOMA) e repassados ao setor responsável por executar o tipo de serviço. Dentro do setor, cada pedido entra em uma fila para a execução do trabalho solicitado. Uma das



“Não se pode esperar o tempo de resolução de problemas que a universidade leva. A gente tem um acervo sensível”

reivindicações da equipe do museu é que o MARquE tenha prioridade nessa fila, para alguns serviços que possam comprometer o acervo, por exemplo. De acordo com Lucas Figueiredo Lopes, coordenador da divisão de Museologia do MARquE, problemas com os aparelhos de ar-condicionado já causaram ataque de cupins no acervo de etnologia indígena do museu. “A gente não pode esperar o tempo de resolução de problemas que a universidade leva. A gente tem um acervo sensível”, afirmou Lucas.

Mas a SEOMA salienta que vários setores da universidade pedem prioridade na fila da manutenção. “Se parar o ar-condicionado do Centro de Eventos, não dá para ele funcionar porque o auditório é fechado. Na Odontologia também: se parar o ar-condicionado e a parte elétrica, a clínica não funciona”, salienta Paulo Pinto da Luz, secretário de Obras, Manutenção e Ambiente da UFSC.

Ao longo dos últimos anos, um dos principais trabalhos da equipe do MARquE é dar visibilidade para o museu e seu acervo. Um dos pedidos da atual gestão do museu é o de instalação de placas no Campus Trindade que indiquem a localização do prédio. Atualmente, não existe

qualquer sinalização na UFSC que aponte a existência de um museu na universidade.

Outra reivindicação da coordenação do museu é que ele passe a ter um orçamento anual próprio, desvinculado do gabinete da reitoria. Atualmente, o MARquE é um órgão suplementar da UFSC – assim como o Restaurante Universitário, a Biblioteca Universitária, o Hospital Universitário, a TV UFSC, o Biotério Central e a Editora da UFSC. Com exceção do HU, que tem seu próprio ordenador de despesas, e do RU, que é vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), todos os demais órgãos estão ligados diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Dessa forma, a cada exposição planejada pela equipe do museu, o orçamento tem que ser fechado para que os recursos sejam solicitados ao gabinete. Isso dificulta o planejamento a médio e longo prazo. “Gostaríamos de ter um calendário de pelo menos uns dois, três anos de exposições já definidas. A gente não consegue. Fazemos anual, porque não sabemos quais recursos vamos ter”, comentou Lucas.

Mas de acordo com o chefe de gabinete da reitoria da UFSC, Áureo Moraes, isso não seria possível, pois o museu não é uma Unidade Orçamentária na UFSC – como são os Centros de Ensino, o Gabinete, as Pró-reitorias e a maioria das Secretarias da universidade. O MARquE não se enquadra nesse caso, pois suas “demandas não justificam, pelo menos do ponto de vista orçamentário, seu status de unidade orçamentária”, conforme explica Áureo.

Em carta emitida pela equipe do museu, o retorno completo das atividades está condicionado “à liberação de uso do prédio por parte dos órgãos públicos pertinentes (alvará do Corpo de Bombeiros e Habite-se da Prefeitura Municipal) e manifestação da universidade perante demandas imperativas já manifestadas anteriormente.”

Luto: Fachada do MARquE com cartaz em solidariedade ao Museu Nacional da UFRJ. Após a interdição do museu universitário, alunos e professores do curso de Museologia da UFSC paralisaram as suas atividades em protesto.

Acervo do MARQUE

Etnologia Indígena



Artefatos dos povos Guarani, Kaingang e Xokleng-Laklãnõ, de Santa Catarina, e de povos da Amazônia e do Brasil Central.

FONTE: MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL ILUSTRAÇÕES: FLATICON

Renda de Bilro



270 peças feitas por rendeiras de Florianópolis. A renda de bilro foi uma técnica artesanal trazida à ilha por açorianos.

Coleção Franklin Cascaes



3400 peças sobre a cultura florianopolitana produzidas por Franklin Cascaes. A coleção inclui desenhos e esculturas.

Coleção Arqueológica



Inclui artefatos e sepultamentos oriundos de ocupações pré-coloniais do atual território de Santa Catarina.



FOTO: RAPHAEL PIZZINO

Tragédia: Chamas consomem o Palácio São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. O prédio é um importante cenário da história do Brasil e, desde 1892, era sede do Museu Nacional.

Museu Nacional

No último dia 2 de setembro, boa parte da pesquisa científica brasileira virou cinzas. Um incêndio no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, queimou cerca de 90% do acervo de mais de 20 milhões de itens, o maior entre os museus brasileiros. Além de toda pesquisa em paleontologia, museologia e antropologia, o Museu era um reduto histórico do Brasil. O Palácio São Cristóvão já foi residência Real, quando Dom João VI veio para o Brasil em 1808; serviu também de Residência Imperial, após a declaração de Independência do Brasil; ali nasceu, cresceu e foi educado o futuro imperador, Dom Pedro II; e, com o advento da República, esse mesmo Palácio abrigou os trabalhos da Assembleia Constituinte, que posteriormente seria responsável pela Constituição Brasileira de 1891. O Museu Nacional tinha recém completado 200 anos de história, em agosto deste ano.

Apesar da importância do edifício para a história nacional, o descaso fazia parte do dia a dia do Museu, gerido desde 2013 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Cinco anos atrás, o repasse foi de 1,2 milhão de reais e, em 2017, o total caiu para 640 mil: uma redução de 49,5%, segundo a *Folha de S. Paulo* (com números corrigidos pela inflação). A previsão para o repasse destinado ao Museu Nacional deste ano era de 205 mil reais, valor muito inferior se comparado a alguns gastos da União. Por exemplo: a Câmara dos Deputados prevê gastar 563 mil reais na lavagem dos 83 carros oficiais; em 2015, a troca do carpete “azul royal” do Senado Federal custou meio milhão de reais aos cofres públicos. Até abril deste ano, apenas 54 mil reais haviam sido repassados ao Museu Nacional.

Logo após o incêndio, foram repassados 10 milhões de reais do Ministério da Educação para a reconstrução do Museu. O maior desafio ainda é distinguir o que é acervo e o que é escombros no meio do Palácio queimado. As buscas pelo acervo ainda não começaram totalmente, porque é necessário criar uma estrutura para proteger os escombros da chuva. Apesar disso, começam a surgir notícias que trazem algum alívio.

O fóssil mais antigo das Américas resistiu ao incêndio. Luzia, como foi denominada, foi encontrada em 1974 em Minas Gerais e contribuiu para muitas pesquisas, era também uma das peças mais importantes do acervo do Museu. Através dela, muitas hipóteses começaram a ser estudadas, entre elas a de que o povoamento da América tenha ocorrido por duas correntes migratórias 14 mil anos atrás.

Fim do IBRAM preocupa

Além da liberação de 10 milhões do MEC para a reconstrução do Museu Nacional, uma semana depois da tragédia, o presidente Michel Temer sancionou duas Medidas Provisórias que geraram polêmica no setor museal e cultural do Brasil. A MP 850/2018 autoriza o governo federal a criar a Agência Brasileira de Museus (ABRAM) que extingue o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e a MP 851/2018, que permite a criação de fundos patrimoniais, também conhecidos como *endowments*, responsáveis por gerir as doações privadas para ciência, cultura, educação, saúde, entre outros setores. A ABRAM, entre outras atribuições, também, ficaria responsável por reconstruir o Museu Nacional após o incêndio e zelar por outros 26 museus federais, a princípio.

Logo após o anúncio feito pelo governo, vários museus brasileiros declararam o seu repúdio à criação da ABRAM e à extinção do IBRAM. A primeira crítica condena a criação da Agência pela maneira como vai gerenciar a injeção de dinheiro pela iniciativa privada, o que pode se configurar como um passo a caminho das privatizações. As doações poderão acontecer de várias formas, mas a mais polêmica é a que dá poder ao doador de escolher o projeto a ser beneficiado. Ao determinar o destino da doação, a comunidade museológica afirma que isso vai contra a democratização dos museus, uma vez que os doadores tenderiam a priorizar projetos com maior retorno em visibilidade para eles. “Quando você chega lá com uma iniciativa de um Ponto de Memórias, de um Museu de Favela, Museu de Quilombo, de Museu Indígena,

ninguém quer patrocinar porque isso não dá retorno, isso não dá visibilidade.”

Outro ponto polêmico é que entidades privadas terão três representantes no Conselho Deliberativo da ABRAM, diferentemente de como era gerido o IBRAM até então. Além disso, a MP foi instituída em caráter de urgência na esteira do incêndio do Museu Nacional. Nenhuma das cláusulas elencadas no texto das novas Medidas foi discutida com o setor que vai lidar com essas transformações nem com os atuais servidores do IBRAM. Ao contrário de como foi constituído o instituto, que precisou de muita discussão até ser criado.

Em 2003, quando o Ministro da Cultura era Gilberto Gil, foi criada a Política Nacional de Museus, que orientaria em 2009 a criação do IBRAM. As medidas conseguiram grandes feitos para o setor nos últimos 15 anos, entre eles o Programa Pontos de Memória, a Política Nacional de Educação Museal e o Estatuto dos Museus. Todas essas medidas democratizaram a cultura museal no país, levando a sua importância às escolas de base e às pequenas cidades.

O governo federal afirma que o novo modelo trará “revolução no planejamento museológico do Brasil”. Segundo o Ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, muitos museus têm esse tipo de parceria público-privada, que é uma forma de continuarem com seus acervos e exposições anualmente, sem depender de aporte do governo, ainda que sejam públicos. “A gente não é contra [as doações privadas] porque museu precisa de dinheiro para sobreviver. O que não pode ser feito é que esse dinheiro seja injetado e colocado como deverá ser aplicado. Essa demanda tem que ser do Museu e não de quem doa”, afirma Lucas Figueiredo Lopes, museólogo do MARQUE. **Z**

Museu
de favela, quilombo
ou indígena: ninguém
quer patrocinar
isso porque não
dá retorno, não
dá visibilidade

Coaching chega ao mundo infantil

Método de treinamento começou em empresas e agora atrai pais que querem mudar comportamentos dos filhos

Depois do *coaching* de carreira, de emagrecimento, de relacionamento e de emoções, outra modalidade que está crescendo é o *coaching* infantil. A popularização do método fez com que ele passasse a ser aplicado em diversos campos, assim como aconteceu com o *personal* algum tempo atrás – que se adaptava em *trainer*, *stylist*, *organizer*, entre outros. Segundo a psicóloga e *coach* Marcia Belmiro, foi nesse sentido que surgiu a ideia de criar um *coaching* voltado especificamente para o universo das crianças.

“Fui *coach* para adultos por muitos anos e percebi que as pessoas gostariam de ter uma atuação com crianças e não se sentiam preparadas. Às vezes faziam uso das técnicas de *coaching* adulto e colocavam uma corzinha ou um desenho de nuvem do lado, e achava que tinha virado uma ferramenta para a criança, mas isso não funcionava”, diz Marcia. Depois de ouvir com frequência que deveria trabalhar também com a infância, ela decidiu criar a metodologia *KidCoaching* como uma forma de especialização dentro da área.

O objetivo, de forma geral, é provocar uma mudança no comportamento da criança. “A família geralmente vem em busca de auxílio dentro de uma angústia que ela já tem vivido no seu ambiente familiar, e a gente busca dentro do processo ajudá-la a transformar esse momento”, comenta a *kidcoach* Graziela Rodrigues, que é formada em processos gerenciais e especialista em gestão de pessoas. Os princípios do *coaching* adulto e infantil são os mesmos: não julgar se as atitudes estão certas ou erradas, não dar sugestões ou conselhos, focar no futuro e nos objetivos a serem alcançados – o que não se tem hoje e que pode ser visto como um caminho a ser seguido. A diferença está na abordagem e nas ferramentas utilizadas, que, segundo Marcia, têm base principalmente nas áreas da Psicologia, neurociências, *gestalt-terapia* e Pedagogia. No entanto, para fazer o curso e se tornar um *kidcoach*, não é necessário nenhuma formação prévia.

Afinal, o que é coaching?

Com a tradução literal de “treinamento”, o *coaching* é um método de desenvolvimento de habilidades e capacitação humana que começou a ser utilizado no Brasil no fim da década de 80. Considerada uma ferramenta do mundo corporativo, ele era usado principalmente para atender executivos dentro de grandes empresas. Com o passar do tempo, o método foi sendo adaptado para situações da vida pessoal, com o propósito de auxiliar pessoas através de apoio nutricional, financeiro e até de relacionamento. Mas, independente da situação, a forma é basicamente a mesma: de um lado, há a figura do *coach*, que atua como um apoiador,



buscando despertar o potencial interno de seus clientes; e, do outro, o *coachee*, que recebe orientações em busca de autoconhecimento e do alcance de metas em um determinado período.

Na área infantil, o *coaching* se propõe a trabalhar a questão do autoconhecimento e da autoconfiança. “A gente empodera a criança, permite que ela comece a olhar o mundo todo, olhar o que passa dentro dela e quais são os comportamentos que decide ter naquela situação”, explica Kellen Pimentel, que é formada em História e trabalha com *Kid Coaching* e consultoria para pais. Cada criança tem sua característica própria, mas em geral a busca por uma mudança através do *coaching* está ligada a problemas cotidianos. “A criança vê uma série de dificuldades na sua rotina que para ela são grandiosas, como, por exemplo, não conseguir participar dos grupos na escola, lidar com o namorado da mãe, ou crianças com agenda pesada, performance escolar, situações que trazem um desgaste emocional e que podem ser tratadas por um *coach*, não como uma disfuncionalidade”, aponta Marcia Belmiro.

O método costuma ser praticado em sessões semanais com uma hora de duração e é dividido em dois tipos, o formal e o informal. O *KidCoaching* informal é indicado para crianças de 2 a 7 anos, ainda não alfabetizadas, e é feito somente com os pais. Já o formal é feito diretamente com as crianças, podendo ser aplicado dos 7 aos 12 anos. Contudo, alguns *coaches* fazem adaptações nessas restrições conforme a criança em questão. Kellen, por exemplo, aplica o método formal em crianças que sabem ler e escrever. “Tem algumas que com cinco já sabem, algumas com seis, outras com oito. Então esse é o pré-requisito”, diz. Depois dos 13 anos, a criança já é encaminhada para outro tipo de atuação, o *TeenCoaching*.

As técnicas utilizadas durante as sessões são como brincadeiras, por exemplo amarelinha, sendo formuladas de uma maneira a ajudar a criança a se expressar. Kellen comenta que as sessões têm um pouco de tudo, mas que não são como aula. “Tem as ferramentas, por exem-

plo, tem cartinhas com os animais, e daí vemos qual animal que essa criança se identifica e por quê, então é uma ferramenta utilizada de maneira lúdica”.

Método não tem consenso

A aplicação do *coaching* em crianças é recente e, por enquanto, ainda não existem muitos estudos na área. Mas a atividade não é bem aceita entre alguns profissionais. Para o presidente da Sociedade Latino Americana de *Coaching* (SLAC), Sullivan França, essa segmentação da atividade não é *coaching*, já que é impossível incentivar posturas em uma criança se ainda não há uma definição sobre os potenciais dela. “Os serviços *coaching* são extremamente úteis, mas só para gente grande”, afirma o presidente em artigo na página da SLAC. Já a *coach* Graziela defende que as mudanças incentivadas pelo *coaching* são construídas a partir da criança. “Tudo vem de dentro dela, em nenhum momento é passado algo como ‘você faz isso, você faz aquilo’. O que o *coach* faz é ajudar a refletir alternativas para que ela mude determinado comportamento”, explica.

O psicólogo Mauro Luís Vieira, criador e líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destaca que é importante reconhecer o sentido lúdico do *coaching*, mas questiona os possíveis efeitos de uma aprendizagem dirigida. “O que a gente valoriza muito é a diversidade de aprendizagem que a criança tem, principalmente nesse período inicial, em que as conexões neuronais estão sendo formadas. Precisa ter regras, mas desde o início ter uma atividade dirigida pode ser compli-

Emoções: A Jornada das Emoções é um curso para crianças entre quatro e dez anos que objetiva trabalhar emoções por meio de atividades lúdicas, como pinturas e brincadeiras. Dividido em quatro encontros, o curso é ministrado pela *kidcoach* Graziela Rodrigues, que mistura técnicas da arte terapia e de *coach* de gestão da emoção.

Curso
 presencial para ser
 coach de crianças
 não tem pré-requisito,
 dura quatro dias e
 quem faz “sai pronto
 para atender”



cado. É importante a criança poder fazer escolhas a partir das experiências que ela tem e não necessariamente dirigir para um objetivo específico”. Sobre as possíveis consequências de um *coaching* infantil, ele aponta que não é possível afirmar, pois são necessárias pesquisas, mas que “em tese pode-se imaginar que há algumas consequências que prejudiquem o desenvolvimento maturacional da criança em termos de experiências. Tem que ter cuidado e ir monitorando, pois cada vez mais os problemas psicológicos estão vindo mais cedo”.

Já a *coach* Kellen reitera que não conhece consequências negativas, e que o *coaching* não trabalha com patologias ou traumas anteriores. As atividades desenvolvidas acontecem a partir do momento que a criança está vivendo. “É o que você quer agora, o que que você deseja, quais são os comportamentos que você deseja mudar para chegar nesse objetivo.” Graziela também defende esse posicionamento, e encaminha a criança para um psicólogo quando identifica algum trauma. “Nós não somos concorrentes, nós somos parceiros em um processo, porque eu não trato traumas, eu trato comportamentos inadequados, eu trabalho do agora para o futuro, e o psicólogo é de agora para o passado”, afirma a *kidcoach*.

A criadora do método, Marcia Belmiro, acredita que uma possível consequência negativa está relacionada com um profissional não bem preparado, que pode vir a aplicar o *coaching* de maneira errada. “O que acontece quando é mal feito: criança e pais confusos, ou simplesmente não dá resultado nenhum”. No entanto, mesmo a formação proposta para se tornar *KidCoaching* é questionada, já que o *coach* não é uma profissão regulamentada. Isso significa que não há legislação com as obrigações, direitos e deveres dos *coaches*, nem diplomas exigidos para a atuação. “Qualquer pessoa pode se habilitar [ao curso de *KidCoaching*], até porque é um curso livre e a profissão de *coach* não é regulamentada, então não há nenhuma referência legal que possamos nos respaldar, inclusive se a pessoa não tem formação superior pode fazer o curso”, explica Marcia.

O curso preparatório para ser *coach* de crianças, o *KidCoaching*, começou e continua existindo na modalidade online, com vídeos-aula, mentoria, apostila e webinários ao vivo, permitindo a interação entre os alunos e com o orientador. Seis turmas já se formaram e mais quatro estão em andamento, com média de 150 a 180 pessoas por turma. Esses alunos têm acesso ao conteúdo durante um ano, mas se seguirem o cronograma proposto pela instituição, conseguem finalizar o curso em torno de três meses e meio. Já a modalidade presencial é mais recente e, por enquanto, teve turmas no Rio de Janeiro e em São Paulo. “Quem faz presencial, em quatro dias sai pronto para atender, mas recebe os vídeos do online que ficam à disposição por um ano”, diz Marcia.

Para Mauro, formações em menos tempo e mais dirigidas têm crescido no mercado e até podem funcionar, mas não dão a amplitude do que é o desenvolvimento da criança. “Em Psicologia, nosso curso é de cinco anos e tem várias etapas.

E depois se vai a campo para ver a prática, e se tem surpresas. É preciso passar por situações que envolvam a experiência com a criança”, afirma.

Outra questão discutida é o contexto do desenvolvimento infantil. Segundo o psicólogo, o *coaching* pode até funcionar, desde que não seja uma atitude isolada. A convivência com a família, as brincadeiras e a educação na escola, por exemplo, são fatores importantes nesse processo. “Não é terceirizar a educação e o cuidado dessas crianças, mas encontrar uma estratégia, uma alternativa para criar um ambiente que seja positivo”. A família, principalmente, precisa se envolver no *coaching*, e não apenas esperar o resultado. “O problema é colocar o *coaching* como alternativa salvadora dos problemas que são decorrentes de outra natureza. Mas eu entendo o contexto que isso ocorre, as pessoas estão preocupadas com a educação dos seus filhos”.

Independentemente dos objetivos e das consequências, é necessário compreender que o *coaching* não é acessível a toda população. O valor cobrado pelos profissionais tem uma média que vai de mil a dois mil reais no pacote de dez sessões. Para o psicólogo Mauro, o *coaching* é uma estratégia para um nicho específico da população, mas há outros jeitos de auxiliar a criança e alcançar os mesmos objetivos. “Certamente, algumas crianças terão mais condições do que outras, então nosso compromisso ético e político enquanto profissionais é fazer chegar essas técnicas para outras crianças que não têm condição, e valorizar a escola pública e os professores”, aponta.

Pais apreensivos

A criação do *coaching* está muito relacionada com um contexto de pais preocupados. Kellen conta que é procurada por pais que estão vivendo situações de estresse dentro de casa, seja na birra para entrar no banho ou dificuldades na hora de dormir. “São pais que querem chegar em casa e ter leveza com as crianças, mas que não estão sabendo conduzir dessa forma”. A *coach* Graziela complementa: “nenhum pai e mãe foi treinado para ser pai e mãe. Normalmente a gente ou repete aquilo que teve enquanto educação, ou faz tudo diferente porque não concorda com a forma como foi educado”.

A nutricionista Julieta Ferreyra Ritta é mãe da Yasmin (9) e da Aisha (3) e procurou a ajuda do *coaching* informal em dois momentos para resolver questões de comportamento. Quando Yasmin tinha sete anos, ela tinha dificuldades em fazer o que lhe era pedido, e os atritos entre mãe e filha desgastavam o relacionamento. “É que às vezes ela só me obedecia se eu ameaçasse tirar alguma coisa dela, e eu sabia que não estava certo, mas não sabia como fazer diferente. Daí eu falei isso pra *coach* e ela me passou outras técnicas que se poderia colocar em prática”. Com a Aisha o obstáculo foi tirar a amamentação do peito. Ela não conseguia parar de mamar e o prazo de dois anos estabelecido por Julieta já tinha chegado. As noites mal dormidas para ela e para a bebê começaram a pesar na rotina e na saúde, e aí entrou a bus-

ca por um aconselhamento. “Na primeira sessão ela fez uma lição geral do que tava acontecendo, e aí já começou a fazer algumas perguntas que eram não só sobre a Aisha que não conseguia parar de mamar, mas como eu não conseguia deixar de dar mamar para ela, porque eu tinha algumas fraquezas que me impediam”.

Na dificuldade de entender os sentimentos dos filhos, a professora de culinária para crianças Ana Carolina Dalla Santos decidiu levar a mais velha, Alice (10), para o *coaching* infantil. Segundo a mãe, a menina estava passando por um momento conturbado, tendo problemas de relacionamento com o irmão mais novo, Raul (7), e sentindo medos que os pais não conseguiam ajudá-la a lidar. Logo após os primeiros encontros, Ana já observou uma maior segurança em Alice. “Ela sempre tinha muitos medos, estava sempre preocupada com onde a gente estava mesmo que estivéssemos na mesma casa. E aí eu já percebi essa desenvoltura, essa maior segurança da Alice nos primeiros dias”. Outro ponto que chamou a atenção dos pais foi o fato de eles passarem a observar suas próprias atitudes. “Fomos percebendo que eram pequenas mudanças de coisas que a gente não notava que davam esse suporte para ela poder se resolver”. **Z**

Como funciona o KidCoaching?

Valor vai de mil a dois mil reais

O método informal, aplicado em pais de crianças a partir dos 2 anos, é formado por cinco ou seis sessões. “Nessa primeira fase não adianta o *coach* intervir, ela está muito ligada à família, então é preciso adequar a linguagem dos pais à linguagem das crianças”, aponta a *coach* Graziela Rodrigues. Nos encontros, o *coach* orienta os pais através de conversas e do ensino de técnicas que eles podem aplicar em casa. Além disso, passa algumas tarefas para que os pais coloquem em ação.

Já o método formal é feito diretamente com a criança, geralmente em um pacote de dez sessões. A primeira sessão é realizada com a família, com a finalidade de traçar os objetivos a serem alcançados durante o processo. “A primeira coisa que ocorre é o alinhamento. Não adianta pai querer uma coisa e a criança querer outra, então, verificamos se todos têm interesse nessa mudança”. Depois, o *coach* realiza três sessões só com a criança, aplicando ferramentas lúdicas para alcançar o objetivo traçado. A 5ª sessão é apenas com os pais, buscando perceber como a criança está agindo em casa e como as mudanças foram percebidas. Então o bloco é repetido: mais três sessões só com a criança, seguida de uma só com os pais. A 10ª e última sessão é em família, “para ver se o objetivo foi validado, se foi atendido”, explica Kellen.

“Precisa ter regras, mas desde o início ter uma atividade dirigida pode ser complicado. É importante a criança poder fazer escolhas”

Arquivos do silêncio

Estado, família e sociedade têm dificuldade para combater a exploração sexual infanto-juvenil, deixando crianças e adolescentes desamparados



Material produzido a partir da proposta de pauta vencedora do 10º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão

Ninguém sabe ao certo quantas crianças são exploradas sexualmente em Santa Catarina ou no Brasil. Para as autoridades, um problema só existe quando é registrado. Das denúncias que chegam aos órgãos responsáveis, muitas se perdem numa teia institucional que liga a omissão das famílias ao silêncio do Estado. É por isso que as estatísticas de exploração sexual são modestas em Santa Catarina.

Não incluem, por exemplo, casos como o de Juliana. Aos nove anos, ela queria comprar um presente para a mãe, que estava de aniversário. Na inocência de fazer uma surpresa, resolveu bater na porta do vizinho, de 17 anos, para pedir dinheiro. O adolescente a chamou para entrar, abusou da menina e ofereceu algumas moedas. Juliana aceitou o dinheiro, mas não era capaz de consentir o ato ou entender o que o rapaz queria.

O caso ocorreu há quatro décadas, no município de São José, na Grande Florianópolis. Porém, essa confusão permanece comum entre crianças que sofrem violência sexual. O Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), afirma que dois a cada três estupros ocorridos no Brasil em 2016 foram contra pessoas de até 17 anos. A exploração sexual é apenas mais uma das possibilidades de abuso de menores de 18 anos - pelo Código Penal, ela ocorre quando a situação envolve dinheiro.

No caso de Juliana, só a avó quis comunicar o ocorrido à polícia. A mãe, no entanto, considerou a menina culpada por ter ido até o vizinho. As autoridades jamais souberam o que aconteceu com ela. Da falta de tratamento sobre o caso, restou o silêncio. A única resposta de quem deveria ampará-la foi uma surra, dada pela mãe.

A dificuldade de identificar e lidar com esses casos não é exclusiva do ambiente familiar. Segundo dados do Disque 100, canal de denúncias vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, foram recebidos 176 relatos de exploração sexual em Santa Catarina em 2017. No mesmo período, o Ministério Público Estadual (MPSC) registrou apenas cinco ocorrências do crime, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Penal. A modéstia dos números reflete a falta de diálogo entre órgãos públicos para dar seguimento às denúncias. Do relato da vítima ou testemunha até a investigação da Polícia, do Ministério Público e a ação dos Conselhos Tutelares, muitos dados se desencontram.

Isso acontece, em parte, porque existem muitos mecanismos de denúncia. Há casos que chegam diretamente à polícia; outros são encaminhados pelas escolas e centros de saúde; e alguns são reportados ao Conselho Tutelar do município.



Essa descentralização tenta garantir que diferentes órgãos possam atuar para coibir a exploração e oferecer atendimento imediato à vítima. Só que isso cria outro problema: não há como centralizar as informações e acompanhar o caminho completo de uma denúncia, o tipo de encaminhamento dado e o tratamento dispensado à criança ou adolescente.

As instituições em seu labirinto

Muitas vezes, as mesmas denúncias entram no labirinto das autoridades por diversas portas. Gabrielle Bandeira, escritora da Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP-SC), observa que muitas denúncias registradas pelo Disque 100 também são levadas paralelamente à Ouvidoria, às delegacias

de Polícia, às promotorias do MPSC e aos Conselhos Tutelares. Enquanto a Polícia e o MPSC têm poder para investigar, e o MPSC também para apresentar denúncia, os conselhos acolhem as vítimas e podem requerer medidas protetivas, como retirá-las do convívio do agressor. Em alguns casos, o Ministério Público intervém para fazer cumprir essas medidas.

Gabrielle defende, no entanto, que as denúncias usem um único canal de entrada, o que evitaria duplicidade de diligências. Quando o Disque 100 envia a notificação à Ouvidoria da SSP, essa denúncia é levada às Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI) onde há uma unidade especializada. Nesses casos, a Secretaria pede que a Polícia Civil, ao enviar ao Disque 100 um relatório sobre o status da denúncia,

Atendimento: A modéstia dos números reflete a falta de diálogo entre órgãos públicos para dar seguimento às denúncias. Do relato da vítima ou testemunha até a investigação da Polícia, do Ministério Público e a ação dos Conselhos Tutelares, muitos dados se desencontram.

encaminhe também uma cópia para a Ouvidoria. Mas o órgão confirma que há respostas que sequer passaram pela Secretaria de Segurança Pública. “Isso dificulta extrair os dados”, admite a escritora. Outro problema é o início de investigações de casos que possivelmente já estão encaminhados por outra instituição.

Das 176 denúncias de exploração sexual infantil recebidas pelo Disque 100 em 2017, apenas duas eram de Florianópolis. No mesmo ano, o Ministério Público Estadual notificou cinco ocorrências – uma na capital. Nenhum inquérito foi aberto para investigação desse crime na cidade, segundo a DPCAMI. Para a delegada Patrícia Zimmerman, coordenadora das delegacias especializadas, qualquer denúncia não fraudulenta deveria resultar em inquérito. Antônio Carlos José Brito, psicólogo da Polícia Civil, lembra que as investigações devem ser apuradas “até o final”.

Como as denúncias de exploração sexual envolvem menores, o único órgão com competência para arquivá-las é o Ministério Público. Lá, o promotor pode mandar voltar para a delegacia, arquivar ou apresentar denúncia à Justiça, segundo Antônio. Adalberto Exterkötter, promotor de Justiça e secretário da Corregedoria-Geral do MPSC, confirma e acrescenta que o órgão também pode notificar a Promotoria da Infância e da Juventude.

É difícil saber em qual corredor do labirinto as notificações se perdem ou são consideradas improcedentes. A falta de sequência pode derivar da constatação de fraude, de investigações inconclusivas ou da identificação de que não houve crime para que o MP aplique medidas restritivas. No entanto, a diferença numérica entre denúncias, inquéritos e ocorrências criminais dificulta o entendimento sobre o panorama da exploração sexual.

Falha sistêmica

Outra dificuldade está nos Conselhos Tutelares, órgãos autônomos responsáveis por zelar pelo direito de crianças e adolescentes. De acordo com a conselheira Luciane Carvalho, de Florianópolis, a maioria ainda registra as denúncias em papel e não possui um sistema unificado online, o que complica a contabilização total dos casos. Nacionalmente, existe o Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA), mecanismo de registro de dados que vem sendo implementado nos Conselhos Tutelares e que pode orientar o Governo Federal na elaboração e execução de políticas públicas. Luciane, porém, avalia que a implementação completa do sistema deve demorar. “É pra ser uma coisa nacional, mas existem cidades em que o conselho não tem nem computador”, acrescenta.

Em Florianópolis, a Secretaria de Assistência Social planeja um mecanismo para unificação das demandas. De acordo com a secretária Maria Cláudia Goulart da Silva, o plano é desenvolver um sistema de prontuário eletrônico. A partir dele, serão cruzadas as informações de toda a política de assistência: perfil, renda, onde a demanda é atendida e se está em acompanhamento ou não está. Deve ser lançado em um ano, diz.

A falta de integração entre as instituições públicas dificulta o combate efetivo da ex-

ploração sexual infantil. “Há uma tremenda falta de diálogo e articulação deixando brechas para a execução de um trabalho integral e, principalmente, intersetorial”, explica a psicóloga Lorena Maria da Silva, do Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Maringá (NUMAPE/UEM). Para ela, essa confusão faz com que as famílias tenham de lidar sozinhas com a tragédia pela qual a criança passou. “A rede de assistência social muitas vezes faz uma entrevista com a família, diz que já a orientou e que a partir de então a escolha é dela”, conta.

O ideal, segundo a psicóloga, seria que a denúncia fosse acompanhada por uma rede intersetorial e apurada para haver a responsabilização de eventuais agenciadores. Para Lorena, a falta de eficácia na atuação estatal muitas vezes deixa sobre os ombros da vítima a decisão de sair do ciclo da violência, como se ela tivesse escolhido seu tormento. “Não quero dizer que a família não tem responsabilidades, mas a exploração sexual não é fruto de uma causa única”, afirma.

A falta de dados consolidados também atrapalha a elaboração de políticas públicas eficazes para proteger crianças e adolescentes. “Em serviços públicos, um problema só existe quando é registrado. Se não é registrado, corre o risco de se perder no meio das inúmeras outras demandas”, alerta Lorena. A psicóloga defende maior diálogo e articulação dos serviços públicos para combater casos de exploração. Para ela, também falta investir na formação de profissionais e na educação para lidar com casos de violência contra menores. Isso ajudaria a diminuir o estigma em torno das vítimas de exploração sexual, enquanto outras políticas públicas básicas reduziram os problemas que tornam crianças alvos mais fáceis para a exploração, diz Lorena, tais como distribuição de renda, assistência social à família, acesso à saúde básica e educação sexual.

O papel da pobreza

A exploração sexual é constantemente atrelada ao imaginário da prostituição, mas a conselheira tutelar Indianara Trainotti, que atua no Norte de Florianópolis, entende que a violação muitas vezes ocorre de maneira mais sutil. “Tu começa a receber pra dormir com alguém e tu nem percebes que isso é exploração sexual. As vítimas pensam: ‘Ah, deu dinheiro porque quis, pra eu comprar uma roupa’”, relata. Segundo ela, essa visão impede que a sociedade denuncie casos de exploração e que as vítimas se reconheçam como tais.

Existem ambiguidades até para classificar os casos. Indianara diz que muitas denúncias chegam definidas como abuso sexual, e que o próprio Conselho Tutelar passa a tratar os casos dessa forma a partir dali. “Há uma dificuldade da rede e da sociedade em assumir casos de exploração”, afirma. Ela recebeu certa vez uma denúncia contra uma mãe que obrigava a filha a se relacionar sexualmente com o vizinho. O homem era dono de um mercado, e as relações permitiam que a família consumisse produtos do estabelecimento. “A primeira leitura é de que houve abuso, mas também existe a exploração; tem uma questão comercial ali, um contexto maior”, exemplifica.

Ocorre que o sistema é feito para encaixar cada caso, com todas as suas peculiaridades, em uma única categoria. A violência sexual, porém, não existe como um caso à parte. Ela acontece em paralelo a ameaças, coerções e assédio moral, por exemplo. Isso impede que os diagnósticos sejam feitos de maneira precisa pelo poder público.

“Pode ser um erro da rede de atendimento, porque o caso não deixa de ser violência sexual quando é exploração. Mas precisamos escolher, e colocar as duas seria como se fosse mais de uma violência”, explica Indianara.

Trocar a sexualidade da filha por mantimentos é um exemplo de como a vulnerabilidade das crianças à exploração sexual se intensifica em situações de pobreza. O Ministério dos Direitos Humanos (MDH), através do relatório “Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas”, publicado em 2018, explica que o fenômeno “atinge todas as classes sociais e está também ligado às relações desiguais entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres”. “Ouso dizer que nenhuma adolescente escolhe ser explorada sexualmente por dinheiro ou alimentos, mas, se isso ocorre, há condições concretas que a levam a fazer tais coisas”, diz a psicóloga Lorena Maria da Silva.

Adolescentes são ponto cego

Mesmo a forma mais evidente da exploração sexual infantil, em prostíbulos, é de difícil acesso para as instituições que deveriam amparar as crianças e adolescentes. As casas de prostituição existem disfarçadamente ao lado de salas comerciais, salões de beleza ou como um “puxadinho” oculto em áreas residenciais. Neles, não é incomum que clientes procurem pela “mais nova da casa”, lembra Sílvia, de 34 anos, prostituta desde os 19. E completa: “Já vi algumas que pareciam menores de idade, que mentiam a idade no documento”, diz.

Outra prostituta, Paula, disse ter trabalhado numa casa que escondia meninas de 15 anos para quando algum cliente pedisse explicitamente. Ainda que o Código Penal condene quem lucre com a exploração do corpo alheio, a maioria dos locais cobra apenas pelos quartos e pela bebida para não serem enquadrados na legislação. Com crianças e adolescentes, no entanto, a lei é mais rígida. Só o fato de induzir menores de idade a se exibirem de forma sexualmente explícita já é considerado crime. Embora essa prática seja muito mencionada, as denúncias são raras. Isso pode, segundo a conselheira Indianara, resultar do equívoco das pessoas ao analisarem que, “quando a violência sexual é contra adolescente, é porque

Só em
2017 foram 176
relatos de exploração
sexual pelo Disque 100
em SC. Neste ano, o
MPSC registrou apenas
cinco ocorrências

ela procurou, é porque ela se ofereceu, ela quis”. As jovens são entendidas como adultas por trás da maquiagem e do traje sexualizado. “Acho que é uma visão de sociedade que a gente precisa mudar pra esse dado chegar”, acrescenta.

Como combater o abuso?

Especialistas apontam a educação sexual como forma de prevenir e enfrentar a violência sexual, pois, ainda que as vítimas mais recorrentes sejam crianças e adolescentes, a sociedade trata a violência sexual como tabu. Diferente do que se lê nos grupos de Whatsapp, a educação sexual não significa incitação ao sexo. “Quem diz isso definitivamente nunca se dedicou a pensar sobre os motivos que levam à ocorrência das inúmeras violências, além de naturalizá-las e colocar sua resolução apenas sob a responsabilidade da esfera jurídico-punitiva”, assegura a psicóloga Lorena.

Para Teresa Kleba Lisboa, professora de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a educação sexual e de gênero também podem ajudar as crianças a compreenderem, por exemplo, que carinhos em certos lugares do corpo são na verdade abusos. A maior parte dos abusadores vem do convívio mais íntimo das vítimas: são pais, padrastos, tios, parentes e vizinhos. Teresa conta que, durante recente trabalho realizado pelo seu Núcleo de pesquisa em uma escola de Florianópolis, a orientadora educacional disse receber pelo menos um caso de violência sexual por semana.

Lorena também defende a educação como forma de combater situações de risco dentro de casa, como violência doméstica. Essas discussões, acredita, ajudam a compreender fatores sócio-culturais envolvidos nas relações entre homens e mulheres que influenciam diretamente na vida de crianças e adolescentes. Para ela, que atende cotidianamente mulheres em situação de agressão, os relatos são pautados na lógica dos papéis socialmente construídos do que é ser homem, do que é ser mulher e do que compete a cada um dentro de um relacionamento, seja ele familiar, de amizade ou amoroso.

O combate efetivo à exploração e ao abuso sexual infantil é complexo, porque não bastam ações pensadas no âmbito institucional. As políticas públicas são essenciais, mas devem levar em conta a forma como a violência se manifesta nas relações entre os indivíduos, onde o Estado dificilmente interfere. Também não é possível precisar todas as consequências desse tipo de agressão para as vítimas - quando algo considerado tão íntimo, como a sexualidade, é violado, a compreensão das crianças e adolescentes sobre si mesmos pode mudar para o resto de suas vidas.

É possível que o vizinho de Juliana, quando abusou dela, ou não soubesse de nada disso ou não se importasse. Quatro décadas depois, talvez ele sequer se lembre. Mas ela não esquece. Não tem como. A dor, na omissão do Estado e da família, foi relegada aos escaninhos do silêncio e da indiferença. Porém, na mulher que se tornou, ela continua latente. **Z**

Cultura interfere nos casos de exploração e abuso sexual

Lorena Maria da Silva é psicóloga e pesquisadora do Núcleo Maria da Penha, na Universidade Estadual de Maringá. Também é especialista em políticas públicas e, atualmente, estuda a prevenção de violências contra crianças e adolescentes.

Uma conselheira Tutelar nos disse que quando a violência sexual acontece com crianças, todo mundo se mobiliza, mas quando é contra adolescentes, muitas pessoas dizem que a vítima quis, procurou, se ofereceu. Qual a sua leitura sobre isso?

Concordo sobre a naturalização dos crimes de violência sexual contra adolescentes. Quando se trata de exploração, o problema se acentua, visto que são esquecidas as características econômicas que motivam meninas a se submeterem à violência. O abuso e a exploração sexual são multideterminados. Um dos fatores é que existe a ideia de que as meninas têm tendências inatas para “seduzir” os homens, seja usando um shorts, seja usando uma burca. E por questões econômicas, há famílias que diante da escassez de recursos enxergam na exploração sexual única saída para o sustento. Eu ousou dizer que nenhuma adolescente escolhe ser explorada sexualmente pela família ou por quem for, mas se isso ocorre há condições concretas que a levam a fazer tais coisas.

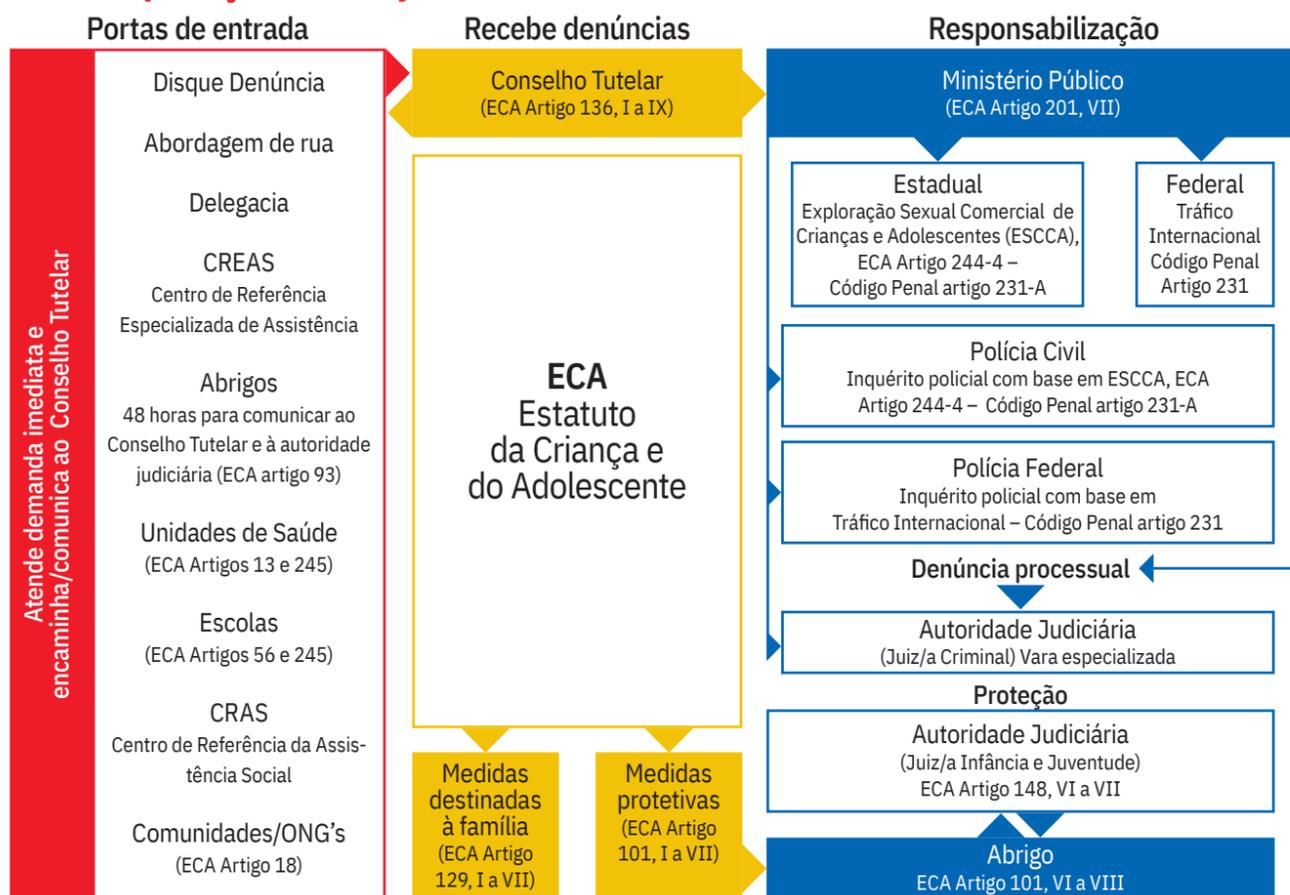
Há o imaginário de que, a partir da adolescência, as meninas se tornam provocantes, sedutoras e têm a sexualidade aflorada, quase que naturalmente. Isso é fato?

A ideia de que as meninas (crianças ou adolescentes) podem provocar ou induzir ao abuso ou violência sexual não está restrita à idade. Eu já atendi uma criança de 11 anos cujo padrasto a violentava todos os dias quando sua mãe ia trabalhar. Um dia a mãe chegou e viu o companheiro em cima da criança, abusando-a, e sua primeira pergunta foi: “o que você (se dirigindo à criança) está fazendo debaixo dele?”. Eu concordo que é mais comum na adolescência esse ideário, mas acho importante não deixarmos de lado os demais períodos da vida para que não naturalizemos as violências ao apontar que meninas com o “corpo mais formado” são mais propensas a violações. Infelizmente todas somos, pois a questão não se restringe à idade ou ao corpo, mas à nossa cultura machista.

Qual o papel da educação sexual na prevenção de situações de violência contra crianças e adolescentes?

A educação sexual e de gênero é um caminho promissor, senão o único, que pode desconstruir nossa educação machista. Ela pode ainda auxiliar na prevenção de outras violências, como a doméstica. Atendo cotidianamente mulheres nessa situação. Os relatos, em sua maioria, seguem a lógica dos papéis socialmente construídos do que é ser homem e do que é ser mulher e do que compete a cada um dentro de um relacionamento seja ele familiar, de amizade ou amoroso. Quando investimos em uma educação sexual e de gênero possibilitamos que as pessoas compreendam que os fatores que tornam as pessoas homens ou mulheres não são biológicos simplesmente, mas construídos cultural e socialmente. Ao contrário do que se ouve, a educação sexual representa prevenção e enfrentamento às violências e não incitação ao sexo. Quem diz isso definitivamente nunca se dedicou, minimamente, a pensar sobre os motivos que levam a ocorrência das violências, além de naturalizá-las e colocar a resolução apenas sob a responsabilidade da esfera jurídico-punitiva. Essas questões não são debatidas profundamente no meio político e eu estou temerosa pelo ano que vem.

Fluxo de proteção infanto-juvenil em Santa Catarina



FONTE: CARTILHA DO PROJETO DE PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO – MINISTÉRIO DO TURISMO – P. 21

Jiu-jitsu é alternativa no Morro do Céu

Crianças de comunidade da região central de Florianópolis encontram no esporte oportunidade de futuro

Logo na entrada, já dá para ver os chinelos pequenos e gastos. Para pisar no tatame do *sensei* Yan é preciso estar descalço e pedir permissão. Essa é a primeira tarefa da aula realizada através de um projeto social de Jiu-jitsu que acontece na comunidade do Morro do Céu, na capital catarinense. Ao todo, 20 crianças e adolescentes entre 4 e 15 anos e outros 12 jovens e adultos, com idade entre 16 e 25 anos, participam das aulas sem pagar nada.

A ideia de ensinar crianças de comunidades carentes a praticar Jiu-jitsu veio de um praticante do esporte, Diego Bittencourt, que hoje é presidente do projeto Amor à Arte, um projeto social que também oferece aulas de dança para a comunidade local. As aulas começaram há mais de dois anos, porém aconteciam em outra comunidade perto dali, no Morro do 25. O grupo teve que mudar de local por questões financeiras. Na comunidade do Morro do Céu, Diego encontrou espaço: a Associação dos Moradores do bairro, a Amorcéu, cedeu uma sala de mais ou menos 20 m² quadrados para que o professor treinasse os jovens lutadores.

É na sede da Amorcéu que as crianças e os jovens se encontram nas segundas, quartas e sextas para aprender novos golpes e técnicas de luta. Mas mais do que isso, aprendem sobre respeito, amizade e disciplina.

Lucas, de 10 anos, participa há 2 anos do projeto. E mesmo quando fica doente (ou quando esquece o quimono em casa) vai aos treinos para ajudar os colegas e também para não perder nenhuma lição repassada pelo *sensei*. “Eu venho de qualquer jeito, hoje esqueci de trazer meu quimono, mas não quis faltar. Venho pra não ficar atrasado nas lições do professor e também corrijo meus colegas quando fazem algo que não está muito certo. Quero que eles fiquem bons e não se machuquem”, conta. A mãe de Lucas, Jaqueline da Silveira, faz questão de que ele frequente todas as aulas. Ela conta que o filho melhorou em muitos aspectos depois que começou a aprender o esporte, sendo mais responsável, paciente e educado. “Antes ele respondia bastante, ele é muito ativo, assim ele gasta a energia aqui”. Jaqueline também ressalta a importância que um projeto desses tem para uma comunidade como a do Morro do Céu. “A gente fica aliviado, né? Ao invés de estar na rua aprendendo coisas que a gente nem sabe, ele só pensa em vir pra cá lutar, ver os amigos. Ele fica o dia todo falando do que aprende aqui, a cabeça fica ocupada, né?”

Não são só os mais novinhos que encontram no esporte uma forma de ocupar o seu dia. Andressa Marcela Rodrigues, de 17 anos, luta com mais 11 jovens. Ela adora o projeto e conta como o Jiu-jitsu melhorou sua qualidade de vida.



“Comecei a me alimentar melhor, porque penso no meu desempenho aqui. Comecei a tomar mais água também, durmo mais cedo agora, porque quando saio daqui já estou muito cansada”. No dia da reportagem, no tatame estavam Andressa e mais três rapazes. Assim como na aula das crianças, meninos e meninas lutam juntos, entre si. “É bem tranquilo, lutamos de igual para igual. O Jiu-jitsu é muito mais técnica do que força, mas quando tem um movimento que eu sinto, eles se preocupam comigo de verdade”, disse Andressa.

Faixa marrom no esporte, o *sensei* Yan Garcia Silveira dá aula de Jiu-jitsu junto de outros dois professores. Ele explica que o maior desafio para ele é fazer com que as crianças não percam o interesse de participar, principalmente depois de alguns meses. Ele diz que o principal valor que o grupo carrega é a amizade, e que o círculo de união que as crianças criam é o que faz com que se sintam bem ali. “Eles são muito amigos, até os mais tímidos começam a interagir depois de um tempo. Mas são as competições que fazem com que eles permaneçam.”

O presidente da Amor à Arte, Diego, resume o que significa para ele o projeto social na comunidade do Morro do Céu: “é uma alternativa pra fugir do tráfico. Esse [tráfico], depois que ‘tu’ entra, não sai mais. Aqui eu sempre digo ‘não importa se a criança sair por um tempo e depois quiser voltar. Se ela sair 10 vezes, eu vou abrir as portas 11 vezes’. Elas têm essa liberdade, elas precisam ter essa alternativa”.

Lucas é aquele que se destaca dos outros pelo brilho no olhar. Ele observa atento, tenta ensinar os colegas e participa da aula, mesmo estando fora do tatame. Ele é um dos poucos participantes que mora próximo ao local, e sempre são os pais que o levam para o treino. Diferente dos outros alunos, que atravessam a comunidade para chegar na associação Amorcéu. Mesmo assim, para ele, o Jiu-jitsu é mais que uma brincadeira. Ele vê o *sensei* como um exemplo a ser seguido

“Mesmo se a criança sair 10, vou abrir as portas 11 vezes. Elas precisam dessa alternativa”

Dedicação: crianças assistem atentas às explicações do professor antes de executarem um novo movimento.

e encontra nos colegas mais velhos a inspiração para seguir no esporte. “Eu quero trocar de faixa (graduação do esporte) e ser campeão”. Sobre o que quer ser quando crescer, é ágil na resposta: “quero ser professor de Jiu-jitsu também”.

Barreiras para o projeto

O projeto Amor à Arte hoje tem quase 40 integrantes, mas quando estava em outra comunidade havia duas turmas que chegavam a 50 participantes cada. Muitos deixaram de fazer parte com a mudança de local dos treinos, alguns porque se desmotivaram, mas a maioria foi proibida pelos pais que não quiseram deixar os filhos pequenos caminharem em torno de 10 minutos, durante a noite, para chegar à sede da Amorcéu. Para manter o projeto ativo, o presidente Diego busca pessoalmente um grupo de mais de 12 crianças e as acompanha na ida e na volta para casa. No entanto, aquelas que moram mais longe não seguiram no projeto.

Mesmo com a mudança de local, a preocupação com o futuro do projeto continua. Segundo Lúcia Maria dos Santos Machado, presidente da Amorcéu, não se sabe por quanto tempo a associação vai ter condições de emprestar a sala de treinos. “A situação é bem difícil, mas com a ajuda dos voluntários a gente consegue seguir adiante e ajudar todos esses pequenos”. Em busca de ajuda, a Amor à Arte tem procurado a Prefeitura, mas até agora não obteve resposta. **Z**

Muito além do cor de rosa

Aos 51 anos de idade, Lisa Guedes pratica exercícios todos os dias. Caminha de seu apartamento, no centro de Florianópolis, até a academia que fica no último andar do Shopping Beira Mar. Sobe pela escada para já esquentar o corpo. No vestiário, coloca uma luva que vai da mão esquerda até o braço. Ela é responsável por ajudar na circulação do sangue, que é afetada pelo uso contínuo de remédios decorrentes do tratamento paliativo de câncer, com o qual vive há 9 anos. Em 2008, logo após o nascimento de sua segunda filha, Lisa foi diagnosticada com câncer de mama primário. Em 15 dias da descoberta, foi submetida à cirurgia de retirada total das mamas.

“Foi bem dolorido, muito dolorido. Pior foi ter pego o diagnóstico depois da biópsia, que ali é uma realidade mesmo. Estava com câncer de mama. É um mundo muito diferente. Eu também tinha a mentalidade que todas as pessoas têm: câncer é sinônimo de morte. A gente relaciona com morte mesmo. Eu ali com um bebê de 1 ano, uma filha de 13. Um futuro inteiro pela frente, eu me vi desesperada”, conta. Oito anos após o primeiro diagnóstico, já de volta à sua rotina, Lisa começou a se sentir mal novamente. Sua respiração ficou fraca e decidiu fazer outros exames, além dos de rotina, que fazia desde o tratamento. No dia de seu aniversário de 48 anos recebeu o resultado de todos os exames. Estava com múltiplas metástases.

“É um fantasma para quem tem câncer de mama, o último estágio da doença, que é o estágio 4. Por mais que eu já tives-

se passado por todos aqueles seis anos, eu não tinha noção do que era a vida de uma paciente de câncer metastático. De novo, me veio a sombra da morte. Eu tinha metástase no pulmão, na pleura, múltiplas nos ossos, no fígado, na tireóide, nos gânglios linfáticos de novo. A gente não é educado a morrer. A gente sabe que é inevitável, que todo mundo vai morrer, mas a gente não tem uma educação para isso. Eu fiquei em pânico. Fiquei uns 3 dias sem dormir. É difícil a paciente que pega um resultado desse e não passa por esse pânico. Acho que faz parte, é tipo um luto interior. É preciso passar por esse sofrimento para poder renascer.”

Lisa começou a buscar outras pacientes que tivessem passado por um tratamento semelhante, mas poucas que encontrava sobreviviam. Após ter passado por todo o tratamento e por terapias alternativas, ela conta que hoje quer ser, para pacientes

Outubro é mês da conscientização do câncer de mama, mas a vida além do diagnóstico requer muito mais tempo



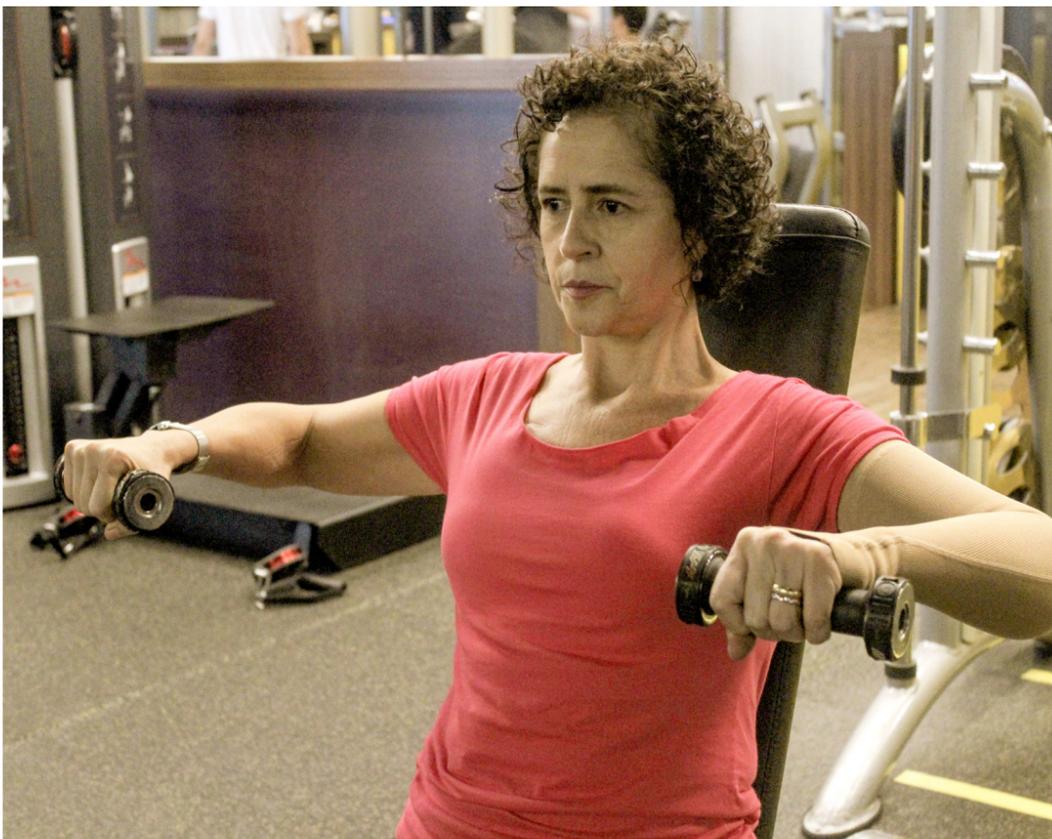
“Quem me olha não diz que eu sou uma paciente de câncer metastático”

Mensagem: A tatuagem que Lisa tem nas costas simboliza a dor e o sofrimento que vieram com o diagnóstico, mas também o poder de crescimento que ela possui para ajudar outras mulheres. No desenho, as mamas são os olhos, cujas lágrimas estimulam o crescimento da flor.

recém diagnosticadas, o exemplo que não encontrou para si mesma. “Eu queria ter visto uma mulher como eu, porque quem me olha não diz que eu sou uma paciente de câncer metastático”. Ela procura aumentar a conscientização da doença, e também auxiliar no pânico que surge após o diagnóstico. Mostrar que é possível viver com qualidade mesmo sendo uma paciente de câncer nessas condições. “Eu vivo um dia de cada vez, com qualidade de vida”.

Após o segundo tratamento, Lisa conseguiu recuperar boa parte de sua rotina de vida, realizando exercícios diariamente e administrando a família. Somente da profissão, de corretora de imóveis, precisou se afastar. Hoje ela é voluntária na Associação Brasileira dos Portadores de Câncer (AMUCC), onde auxilia pacientes recém diagnosticadas. “É um trabalho que não gera lucro, mas o valor que tem pra mim não tem dinheiro que compre. ‘Tu’ poder apoiar uma mulher que recebeu o diagnóstico recentemente, mostrar como ‘tu’ fez para que ela decida como vai fazer. É o que me move hoje”. Além da AMUCC, Lisa participa de um acompanhamento em um centro espírita e de um grupo de terapia. Sobre a vida como portadora de câncer, ela conclui: “É um processo que a gente passa, como tudo na vida. Nada é da noite pro dia. E a gente vai amadurecendo, um dia de cada vez. E eu voltei a ter sonhos. Tenho sonho e objetivos, então, vida que segue”. **Z**

Força: Em sua rotina, Lisa procura realizar exercícios físicos todos os dias, uma vez que a falta deles provoca o aumento de dores em seu corpo. A luva que usa em seu braço esquerdo auxilia na circulação sanguínea.



Mercados de bairro concorrem com grandes redes

Impessoalidade de hipermercados substitui tradição de cadernetas e proximidade com moradores

Quando batia o sinal do Colégio Intendente José Fernandes, na praia dos Ingleses, em Florianópolis, Maurileide Santos contava as moedas do bolso para comprar chicletes, chocolates e balas Soft no caminho para casa. Marcelo Rubi, anos depois, fazia o mesmo percurso de chão batido para buscar broa de polvilho na venda do Seu Belo — como era conhecido Belarmino Sagaz. Para Luiz Carlos Cardozo Farias, as idas eram ocasionais durante os 10 anos que morou no Norte da Ilha. De uma forma ou de outra, o Supermercado Sagaz foi referência para milhares de pessoas que passavam pela esquina da Rua João Gualberto Soares com a Intendente João Nunes Vieira.



Após décadas de funcionamento, o Sagaz encerrou suas atividades no dia 15 de setembro deste ano. A notícia viralizou através de uma publicação de Maycon Oliveira, vereador em Florianópolis pelo Partido da República (PR) e neto dos primeiros donos Belarmino e Aldair Sagaz. Na rede social, foram cerca de 2 mil interações e 300 comentários com relatos lamentando o fim do mercado.

Há 30 anos, a administração era feita por Valter Sagaz. A pintura laranja, a porta de aço, típica de estabelecimentos comerciais, e o quadro de anúncios classificados marcavam a fachada. Entre notas de cães perdidos e ofertas de aluguéis, pessoas se reuniam em frente ao mural que se tornou referência para vendas e comunicados do bairro. Por trás dos papéis colados na vidraça, Valter sentava-se ali para tratar das questões financeiras. Além de seu pequeno escritório, o comércio contava com três balaies e dois caixas. O título passou de “mercado” para “supermercado” durante sua gestão, quando a mercearia foi dividida em setores como padaria, açougue e bancada de frutas e verduras, e começou a contratar funcionários fora da família.

Frequentado por nativos da ilha, o Sagaz oferecia desde a década de 50 a possibilidade de as compras serem registradas em caderneta. Os fiéis clientes de Belarmino e, depois de seu filho, Valter Sagaz, podiam levar produtos e acertar as contas depois. Era dessa forma que Sônia Silva fazia as compras para sua mãe e seus oito irmãos. Durante os seis meses em que seu pai pescava no Rio Grande do Sul, sua família anotava os alimentos com os quais abasteciam a mesa nesse período. “Os pais iam para lá pescar e deixavam as mães grávidas. Quando voltavam, as crianças já estavam até grandes”, detalha ela. De acordo com Sônia, ali vendiam de tudo. “Até acostumar vai ser difícil”, lamenta-se.

O Sagaz é um dos 134 supermercados na Grande Florianópolis, junto a 1.251 minimercados, mercearias e armazéns e

nove hipermercados, de acordo com o Datasebrae. “Nós percebemos um movimento de grandes mercados surgindo desde 2003”, comenta o coordenador técnico da carteira de comércio varejista do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Santa Catarina (Sebrae/SC), Jefferson Reis Bueno. Isso explica, em boa parte, as alterações que vêm ocorrendo no perfil do comércio varejista da região, inclusive com o fechamento de tradicionais comércios de bairro. “Não são só os minimercados que são afetados. Um hipermercado tem açougue, panificadora, pet shop, peças para carro e muito mais”, exemplifica.

A 100 metros do Sagaz, com área aproximadamente quatro vezes maior, há o Brasil Atacadista. O estacionamento, o tamanho das prateleiras e a quantidade de funcionários e corredores marcam as diferenças entre os dois comércios logo à primeira vista. Por seus 40 caixas, passam cerca de duas mil pessoas diariamente, segundo o representante de Marketing da unidade, Felipe Waine.

Pertencente à rede Imperatriz, que inaugurou o sistema de autoatendimento em Santa Catarina, o atacadista apresenta essa tecnologia como um de seus diferenciais. Em contraposição à tradicional caderneta e às relações cultivadas entre nativos da ilha, nesta outra esquina o cliente tem a possibilidade de escolher os produtos, passar suas compras, pagar com cartão de crédito e ir embora sem interagir com qualquer outra pessoa. A inovação utiliza o leitor de código de barras para verificar os preços das mercadorias e, para evitar fraudes, cada item deve ser pesado ao fim da compra.

O diferencial do pequeno mercado, segundo a comerciante e moradora do bairro Cristiana Oliveira, vinha do público fiel que tinha no local um espaço de socialização, um ponto de encontro em que as pessoas se reconheciam. No novo mercado, o nome dos funcionários é conhecido apenas lendo seus crachás azuis. Já os dos clientes, podem ser anunciados nos auto-

falantes em caso de carros mal estacionados ou crianças perdidas. Proprietária da Ponto Alto Aviamentos e Tecidos e mestre em Antropologia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Cristiana trabalha há 20 anos na loja que fica em frente ao Sagaz, na esquina oposta, da Travessa Duartina Silva Vieira. Conheceu os filhos e netos de Valter, assim como ele conheceu os dela. No último ano, notou uma queda no movimento habitual do mercado após a construção da rede Brasil Atacadista.

“Você já não tem mais relação. Você é um indivíduo, não uma pessoa”, explica Cristiana, enquanto atendia um cliente. Ela pegou a caixa recheada de zíperes, remexeu os mais variados tamanhos do produto, escolheu o de cor branca e fez sinal para o próximo cliente aproximar-se. “Diga, seu José, o que precisa hoje?”, perguntou sem hesitar. “Eu não tenho, mas vê ali na Dona Maria.”

Um ano após a inauguração do Brasil Atacadista, Diego Ribeiro, dono do Chaveiro Norte da Ilha, localizado ao lado do antigo mercado, afirma que também notou a baixa no número de clientes do Sagaz. Segundo ele, só os nativos continuaram indo ali. Ainda assim, o fim do mercado não foi diretamente influenciado pela concorrência, como acontece com outros estabelecimentos. Do quintal de sua casa, com os olhos marejados, Valter Sagaz prefere não falar sobre o assunto com a equipe do Zero: “Acabou, acabou”.

A luta dos pequenos

Se parte da fidelidade dos clientes de mercados de bairro se dá pela facilidade de acesso e filas menores, as grandes empresas vêm agindo para competir na área. Estabelecimentos como o Carrefour Express e Minuto Pão de Açúcar presentes no estado de

Pagar “fiado”: No Norte da Ilha, ainda existem mercados que oferecem ao freguês a possibilidade de acumular o valor de suas compras e realizarem o pagamento mensalmente. Entretanto, não é todo mundo que pode ter o nome registrado nas famosas cadernetas: para ter um espaço em uma dessas, é preciso ser cliente antigo.

“Você já não tem mais relação. Você é um indivíduo, não uma pessoa”

São Paulo, por exemplo, são denominadas lojas de vizinhança. “É uma questão de tempo até que esse modelo chegue em Santa Catarina. Implantam uma loja com 300 ou 400 m², contratam um gerente conhecido do bairro e, se fantasiando de loja menor, [as redes internacionais] visam abocanhar essa fatia do mercado”, explica Jefferson, do Sebrae/SC.

O associativismo aparece como uma importante forma de resistência de micro e pequenas empresas a esse movimento. Criando uma rede, diferentes comércios podem se unir, aumentando o poder de negociação e diminuindo o valor de compra das mercadorias. “É criada uma marca guarda-chuva conjunta. Assim, em vez de uma empresa comprar 20 caixas, serão 20 empresas comprando 200 caixas”, detalha Jefferson. Em Santa Catarina, são mais de 80 grupos de micro e pequenos empresários vinculados ao Sebrae. No país, esse número salta para mais de mil redes, sendo 30% de mercados. São entendidas como microempresas as que têm faturamento de até 360 mil reais por ano, enquanto empresas de pequeno porte faturam até 4,8 milhões no mesmo período.

Outro tipo de associativismo é o proposto pela Associação Catarinense de Supermercados (Acats). Ainda que não envolva redes diretas para compra conjunta de mercadorias, a Acats exerce papel institucional por meio de eventos e representação do setor supermercadista no estado. De acordo com a organização, Florianópolis possui 74 estabelecimentos associados, sendo contabilizadas as matrizes e filiais. A distinção entre os pequenos e grandes supermercados é feita pela quantidade de *checkouts*, equivalentes aos caixas. Os que tiverem até nove *checkouts* são considerados de menor porte. Passando desse número a categoria já é de supermercado.

Caderneta e “atacarejo”

Na Vargem do Bom Jesus, bairro próximo a Ingleses, dois mercados ainda oferecem a tradicional caderneta, porém só aos clientes mais antigos. No Supermercado Raithz, os carrinhos de compra beiram a Rodovia Armando Calil Bulos. A fachada laranja resistiu às obras de duplicação da rodovia, inaugurada em 2015 pelo então governador Raimundo Colombo. O espaço é alugado hoje por dois sócios, Maycon Dal Dosco e Pablo Ricardo Ferreira, que assumiram a administração há cerca de um mês. Maria Bastos, 32 anos, integra a equipe de cinco funcionários, responsáveis pela padaria, açougue e caixa. A caderneta do Raithz é feita em fichas, separadas por ordem alfabética, e, segundo Maria, apenas 15 clientes ainda as possuem. Alguns deles se reúnem aos fins de semana em frente ao comércio. Bebem cerveja, comem salgados e usam o banheiro exclusivo para funcionários.

Do outro lado da rodovia, outro grupo de clientes se agrupa em frente ao mercado, agora no Supermercado Super Norte. Gerenciado pelos irmãos Manuela e Eduardo Delatorre, a rede conta com duas filiais também no Norte da Ilha, no Rio Vermelho e na Vargem Grande, além



Tamanho: A diferença mais evidente entre mercados de bairro e hipermercados é a quantidade de caixas, que nestes últimos pode chegar a 40.

Proximidade: Em mercados menores, como o Raithz, o número reduzido de caixas aproxima o freguês do funcionário. O balcão com balas e chicletes é típico nesses estabelecimentos.

da matriz. Os clientes antigos, vindos na sua maioria do primeiro mercado administrado em Florianópolis, o Supermercado Gomes, conseguem pagar suas compras somente no final do mês. O serviço exclusivo vem na contramão do que fazem as grandes redes de atacado.

O “atacarejo” é a modalidade de vendas que reúne produtos do atacado e do varejo em um mesmo espaço. A diferença entre os dois é o público-alvo. O varejo tem como seu cliente o consumidor comum, vendendo pequenas quantidades. Já os atacados destinam seus produtos aos consumidores que compram grandes quantias. Isso se dá pelo fato de comercializarem mercadorias vindas direto das fábricas. É o caso do Fort Atacadista. As 30 unidades espalhadas pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul

e Santa Catarina são administradas pelo Grupo Pereira, dono do Comper, que opera em Florianópolis, e do Atacado Bate Forte. Junto com a Havan, rede catarinense de lojas de departamento, o Grupo abrirá uma unidade na Rodovia José Carlos Daux, que leva ao Norte da Ilha. Por anos, o lugar reuniu, durante o verão, dezenas de comerciantes que passavam a temporada no espaço vendendo desde livros até copos decorados. O Ilha Shopping, como era chamado, foi transferido para o km 01 da SC-401, no Trevo de Canasvieiras. **Z**

Grandes
redes afetam
açougue, pet shop,
panificadora, além
dos minimercados

Cultura fabricada da “Alemanha sem passaporte”

Pessoas vestem trajes típicos da região sul da Alemanha e chapéus com bandeiras do país, têm nas mãos canecos de vidro com chopes de diferentes estilos e consomem especiarias da culinária alemã, como batatas recheadas e *Spätzle*. As fachadas do comércio no Parque Vila Germânica imitam construções enxaimel e as bandas, cujos músicos também vestem as roupas alemãs, tocam canções animadas em ritmo de marchinha nos pavilhões. Esses elementos constituem parte do cenário encontrado na Oktoberfest de Blumenau, festa que acontece no mês de outubro desde 1984 e completa sua 35ª edição em 2018.

Depois de Blumenau ter sido arrasada pelas enchentes de proporções avassaladoras de 1983 e 1984, a cidade precisaria de valores significativos para se recuperar econômica e socialmente. Assim teria surgido a Oktoberfest, com a finalidade de gerar recursos para a reconstrução da cidade e a restituição da alegria dos seus cidadãos - mas essa não é a versão mais assertiva de como e por que foi criada. De fato a arrecadação da festa foi crescendo com o passar dos anos, com o aumento da estrutura e com sua popularização; em 2017 o lucro foi de 12 milhões de reais, de acordo com a Secretaria de Turismo de Blumenau, órgão responsável pela sua realização.

Vale Europeu

A germanidade - definida por manifestações culturais de inspiração ou efetivamente germânicas - é um dos pilares da publicidade acerca de Blumenau. Junto com outros 18 municípios, a cidade compõe a Região Turística do “Vale Europeu” brasileiro. A fragmentação dos estados em regiões foi uma proposta do Ministério do Turismo, na qual cada espaço turístico deveria se tornar região autônoma de decisões relacionadas ao tema. O termo “Vale Europeu” foi sugerido por entidades representativas estaduais - prefeitura, secretarias de turismo, associações - e adotado oficialmente em 2004. Ao todo, são 328 Regiões Turísticas no Brasil - 53 no Sul e 12 em Santa Catarina. Com relação às questões publicitárias propriamente ditas, é a Santur, órgão do Governo Estadual vinculado à Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), que cuida da promoção das cidades catarinenses.

Com os novos nomes em mãos - “Caminho dos Príncipes”, para a região de Joinville; “Costa Verde e Mar”, para a região de Balneário Camboriú, entre outros -, a renovada publicidade surgiu. A Santur criou encartes, livretos de propaganda e até “placas de sinalização turística” nos trechos estaduais das BRs, que começaram a ser instaladas a partir de 2008, segundo o presidente do órgão, Valdir Walendowsky. Elas usam os nomes regionais para alertar: caso a pessoa veja “Vale Europeu” na

estrada, já sabe que está chegando em terras próximas de Blumenau. No site oficial de turismo de Santa Catarina, Blumenau é classificada como um local que “faz reverência às suas origens em cada canto da cidade: nas casas, nos parques, nos monumentos”.

Para tratar das questões de cultura institucional da cidade, existe a Fundação Cultural de Blumenau (FCBlu). O órgão recebe por ano 4,1 milhões de reais da Prefeitura Municipal, além de obter recursos por outros meios, como convênios, emendas parlamentares, doações e projetos. O dinheiro é dividido conforme as necessidades das mais diversas organizações previstas no Plano Municipal de Cultura. Segundo o diretor da FCBlu, Rodrigo Ramos, todos os tipos de manifestação recebem o mesmo tratamento e importância. “Não temos distinção para esta ou aquela representação étnica. A questão europeia é um traço da colonização, não temos como ignorar algo que está ligado com a história de Santa Catarina, em especial, na região”.

O slogan “Blumenau - Alemanha sem passaporte” foi estampado em outdoors no Vale do Itajaí como fruto de iniciativas da prefeitura para atrair turistas em 2014. A campanha foi fortemente criticada pela população. O jornalista Francisco Fresard escreveu o seguinte em seu blog, o Blog do Pancho: “assim que vi esse outdoor pensei que fosse brincadeira de mau gosto. Não é.” A jornalista Magali Moser, escreve em sua dissertação: “houve uma repercussão muito negativa, embora muitos possam também ter silenciado sobre essa percepção, a de uma cidade com passaporte não brasileiro”. O historiador Viegas Fernandes da Costa repudiou a iniciativa na coluna mensal no *Jornal de Santa Catarina*. Sob o título “Blumenau tem os olhos na nuca”, fez relevantes críticas e apontou como a diversidade é historicamente presente na construção da sociedade blumenauense, mesmo que isso seja negado repetida-

mente.” Mesmo assim, no ano seguinte a prefeitura emplacou nova propaganda, “Blumenau - o Brasil de alma alemã”, que foi usada em divulgações da Secretaria Municipal de Turismo.

Quanto às propagandas institucionais, a jornalista Magali afirma que essa é uma construção que se adota. A dissertação de mestrado dela analisa a participação da imprensa na imposição da identidade germânica em Blumenau e, dentre várias outras questões, examina as propagandas da Oktoberfest de 1984 a 2015. Destaca o reforço a estereótipos, ao projetar nas campanhas pessoas brancas, geralmente loiras de olhos claros. Na única vez em que apareceu uma pessoa negra no cartaz, em 2011, o tom preconceituoso foi corroborado na frase “aqui todo mundo vira alemão”. “Nossa cultura é fruto de mistura. Querer buscar autenticidade em cultura alemã - eu não sei se isso é possível”, reflete a jornalista e pesquisadora.

Construção da germanidade

Como uma cidade pode ser vendida? Essa pergunta foi feita pelos comerciantes de Blumenau. Desde 1910, uma das soluções encontradas para isso foi a confecção de cartões postais da cidade, quando não havia políticas públicas de incentivo ao turismo e ao comércio. A questão entrou na pauta da prefeitura nos anos 1960, quando a cidade começou a ser vista como uma potência turística. A primeira propaganda foi publicada em 1968 na revista *Seleções*, que tinha circulação expressiva na época. “Adivinhe que país é este” é a frase que inicia o encarte, seguida por fotos de Blumenau, comparando-a a outros países como Suíça, Escócia, Áustria e Alemanha. Por fim, conclui: “faça a sua viagem ao exterior sem sair do Brasil”.

A propaganda funcionou para atrair visitantes em busca de especialidades feitas na cidade, como cristais e conjuntos

Recepção: Em vez de “eu amo Blumenau”, a frase em sua versão alemã deixa marcas na cidade. Ao fundo, a Central de Atendimento de Turistas - uma das casas enxaimel que preserva as técnicas autênticas dos primeiros moradores.

Germanidade: Em 1968, a propaganda abaixo era veiculada na revista *Seleções*, na época popular em Blumenau. O conteúdo comparava a cidade catarinense com países europeus, abordagem que ainda é utilizada na publicidade da região.



Blumenau investiu na construção de tradições e costumes germânicos para atrair turismo



têxteis de cama, mesa e banho. Havia o desejo de que os turistas permanecessem na cidade e, então, foi feita a segunda pergunta: como fazer com que as pessoas fiquem em Blumenau? A resposta foi rápida: oferecendo lazer.

O então Conselho de Turismo, formado por pessoas influentes na cidade, decidiu por criar lugares e experiências que remetesse à cultura germânica, tradicional do sul da Alemanha, embora os colonizadores de Blumenau e da região tivessem vindo da região que hoje corresponde a Alemanha. Buscou-se criar infraestrutura que lembrasse a Baviera, tais como restaurantes de culinária típica alemã e um moinho de vento na beira do Rio Itajaí-Açu, além de criar políticas de incentivo fiscal para a arquitetura em estilo enxaimel.

Ainda em busca de maneiras para atrair pessoas à cidade a partir da transmissão da cultura alemã e costumes germânicos, em 1976 a Conselho de Turismo pensou em fazer uma festa de outubro em Blumenau - tal qual a Oktoberfest de Munique, na Alemanha. Com referência à festa homônima, para realizar os desfiles da comemoração, foram criados grupos folclóricos - como o "25 de julho" - que aprenderam sobre as músicas e danças com um conjunto gaúcho que cultivava essa tradição, e passou-se a usar trajes típicos. Os clubes de caça e tiro, existentes em número expressivo, foram convidados pelo então Secretário de Turismo a participar do evento.

A Oktoberfest já havia sido idealizada e planejada para acontecer no início dos anos 1980, mas foi postergada por conta da enchente de 1983. No ano seguinte, novamente estava tudo preparado para a festa acontecer quando houve outra enchente, ainda maior que a anterior. Em 1984, depois de se recuperar dos estragos na cidade, acontecia a primeira edição da Oktoberfest em Blumenau. Isso explica a versão popular de que a festa teria nascido com a finalidade da reconstrução.

Transposição de imaginário

"É a invenção da tradição", reflete a historiadora e diretora do Arquivo Histórico de Blumenau, Sueli Petry. Não havia grupos folclóricos de danças e música, mas existiam corais nos clubes e sociedades formadas pelos colonos, "que eram

as salas de visita na época da colonização", de acordo com Sueli. Ela conta que não se usavam trajes típicos, nem em festividades, já que o próprio colonizador, Hermann Blumenau, escreveu no *Guia de Instrução de Imigrantes* enviado à Alemanha um aviso de que fazia muito calor na região e o veludo das roupas de festa não seria adequado. Não era usual comer joelho de porco, marreco recheado ou maçã caramelizada - que sequer é encontrada no Vale do Itajaí em razão do clima.

Houve a transposição plástica de tradições germânicas. "Os colonizadores, vindos da região norte da Alemanha, não tinham esses costumes e, portanto, quando migraram em 1850, não trouxeram as práticas, culinárias e festas que vemos hoje na Oktoberfest em Blumenau", explica a historiadora Sueli. Por outro lado, trouxeram outros costumes germânicos, como o espírito de associativismo, observado nas muitas associações de bairro e de empresas, e também a solidariedade que se expressa em momentos de dificuldade coletiva, como durante as enchentes, em que a sociedade se mobiliza rapidamente para amparar e prestar assistência.

Arquitetura de fachada

Não há como ignorar as casas em estilo alemão por toda Blumenau, com tijolos à vista e vigas aparentes que destoam dos prédios urbanos. O enxaimel é uma técnica construtiva que foi trazida para o Vale do Itajaí pelos povos germânicos, em sua maioria da região norte do país europeu. Em resumo, o enxaimel, ou "Fachwerk" - treliça, em alemão - é como um esqueleto, no qual peças individuais de madeira são encaixadas umas nas outras e, depois, o vão entre elas é preenchido com tijolos ou taipa.

Em Blumenau, pela umidade característica da cidade, a base das construções era geralmente elevada do solo, adaptação importante para o sucesso da técnica em terras brasileiras. Além do mais, quando a maioria das casas foi construída na cidade, majoritariamente em áreas rurais, eram feitas com pedras do próprio local, facilmente transportadas. Por isso, o processo de estruturação se tornava mais simples: bastavam quaisquer pedaços de madeira para compor a estrutura, que condizia com a necessidade dos moradores.

Foi pensando no acervo da cultura ar-

quitetônica que o carpinteiro blumenauense Paulo Volles criou o *Levantamento de Casas Enxaimel de Blumenau/SC*, entre agosto de 2014 e março de 2015. Em sete meses, ele fotografou, mediu e catalogou 226 casas com a técnica construtiva mencionada espalhadas pela cidade, concentradas principalmente no bairro Vila Itoupava, região norte. Só lá, são 99 residências com o método germânico autêntico. A pesquisa foi uma das ganhadoras do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (PRMFA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Entretanto, ao longo da década de 1980, a técnica enxaimel se desvirtuou da proposta original, que era facilitar o acesso à moradia da população. A gestão do então prefeito Renato Vianna estipulou incentivos fiscais para os prédios que apresentassem "estilos arquitetônicos típicos conhecidos como 'Enxaimel' e 'Casa dos Alpes'", como consta na Lei nº 2262/77, complementar ao Plano Diretor de Blumenau que havia sido recém criado. Assim, surgiram as casas "enxaimeloides" ou "enxaimelosas", como apelida Christian Krambeck, professor de arquitetura e urbanismo da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

As construções em falso enxaimel foram estimuladas pela prefeitura para criar alegorias estéticas por Blumenau, já que a cidade precisava de atrativos turísticos para manter a economia. Por isso, as fachadas de edifícios institucionais, de bancos e até do Parque Vila Germânica - importante zona turística urbana - foram montadas no estilo estipulado pelo Plano Diretor, mas de forma ilustrativa, sem o método original de construção. "No primeiro momento, tinha mais coerência", afirma Christian. "A técnica era ligada à sobrevivência, a simplificar estruturas. Não tem lógica ser uma cópia de outro período que não faz mais sentido", acrescenta, ressaltando que vê na arquitetura uma forma não só de exprimir métodos de composição, mas também de mostrar a realidade na qual se inserem as pessoas. **Z**

“Querer
buscar autenticidade
na cultura alemã?
Não sei se isso é
possível. Nossa
cultura é fruto de
misturas”

Entenda as funções do executivo e do legislativo em SC e no Brasil

Atribuições de deputados estaduais e federais, senadores, governador, presidente e seus vices

Executivo



Presidência

- Eleição pelo voto direto e universal;
- Mandato de quatro anos, podendo candidatar-se à reeleição;
- A residência oficial está localizada no Palácio da Alvorada;
- Execução das funções de chefe de estado (representante máximo do país) e de governo (responsável por ações e decisões ligadas à administração federal);
- Deve apresentar um plano de governo com propostas prioritárias, projetos de lei, propostas de orçamento e diretrizes orçamentárias;
- Exercício de atribuições administrativas, legislativas e militares de acordo com a Constituição Federal;
- Nomeação dos chefes dos ministérios, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Advogado-Geral da União;
- Poder de iniciar um processo legislativo, sancionar, promulgar e publicar leis, e expedir decretos;
- Comando supremo das Forças Armadas;
- Decisões sobre as relações com outros países.



Vice-Presidência

- Eleição junto à Presidência da República para um mandato de quatro anos;
- Residência oficial no Palácio do Jaburu;
- Tem a função de substituir o Presidente em caso de viagem ao exterior ou impedimentos, e deve suceder o Presidente em caso de renúncia, morte ou destituição do cargo por processo de *impeachment*.



Governo do Estado

- Representa o estado e o Distrito Federal no âmbito interno, em relações jurídicas, políticas e administrativas. Também defende os interesses e solicita recursos para o estado junto ao Presidente;
- Em Santa Catarina, a Residência Oficial é na Casa d'Agrônoma, em Florianópolis;
- Responde pela segurança pública, que inclui as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros;
- É responsável por toda a infraestrutura estadual, como por exemplo, a educacional e a de saúde.



Vice-Governo do Estado

- A função do vice-governador assemelha-se a de vice-presidente da República;
- Sua residência-oficial, em Santa Catarina, é uma casa de alto padrão localizada no Bairro Itaguaçu, região continental de Florianópolis;
- Realiza a imediata substituição do governador em caso de eventual ausência;
- Auxilia o governador sempre que for convocado.

Legislativo

Quantos deputados e senadores são eleitos por estado?

Senadores

Para garantir a igualdade entre os estados na formulação das leis, o número de Senadores é igual para todas as Unidades de Federação: três. Ao total são 81 Senadores.

Deputados Federais

O número de deputados federais, de acordo com a Constituição Federal, Art. 45, e com a Lei Complementar nº 78, de 1993, depende da quantidade de habitantes do estado, podendo variar de oito até 70. Desde 1993, o número de deputados não pode ultrapassar 513.

Deputados Estaduais

O número de deputados estaduais é calculado a partir da quantidade de cadeiras que cada estado ocupa na Câmara dos Deputados. De acordo com o Art. 27 da Constituição, o número de deputados estaduais corresponderá ao triplo dos federais e, chegando ao número 36, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de 12. Veja, à direita, como são feitos os cálculos.



Senado

- Em 2018, foram eleitos dois senadores por Santa Catarina, na eleição de 2014 foi eleito um;
- A função geral é de representar os estados e o Distrito Federal, fiscalizar os atos do Poder Executivo, além de fazer leis;
- Existem, ainda, as competências privativas do Senado, como: processar e julgar, em caso de crimes de responsabilidade, o Presidente e o vice, os ministros, os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, os ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União. E autorizar algumas transações de crédito e aprovação de contas públicas;
- O Presidente do Senado é eleito por meio de uma votação entre os senadores, que acontece a partir do dia 1º de fevereiro do ano do início do mandato. A eleição acontece de dois em dois anos. O Presidente do Senado é o terceiro na linha de sucessão presidencial.



Assembleia Legislativa

- Sua função principal é a de legislador, ou seja, legislar, propor, emendar, alterar e revogar leis do âmbito estadual;
- Fiscaliza as contas do executivo estadual e elabora o orçamento do estado através da Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Administra a Assembleia Legislativa, podendo dispor sobre o regimento interno, a polícia e demais serviços.

Cálculo para chegar ao número de Deputados Estaduais

Estados com até 12 deputados federais

$$\text{número de federais} \times 3 = \text{número de estaduais}$$

Exemplo: Alagoas, com 9 deputados federais

$$9 \text{ (federais)} \times 3 = 27 \text{ (estaduais)}$$

Estados com mais de 12 deputados federais

$$\frac{36}{\text{número fixo}} + \text{total de federais} - 12 = \text{número de estaduais}$$

Exemplo: Santa Catarina, com 16 deputados federais

$$36 \text{ (estaduais)} + 16 \text{ (federais)} - 12 = 40 \text{ (estaduais)}$$



Câmara dos Deputados

- Foram eleitos 16 federais por Santa Catarina. A principal atribuição é legislar com abrangência nacional e fiscalizar o presidente da República;
- Poder de apresentar projetos de leis ordinárias (aprovadas por maioria absoluta) e complementares (aprovadas por maioria simples) de decretos legislativos e de emendas à Constituição (PEC);
- Discutir e votar medidas provisórias propostas pelo presidente;
- Aprovar a lei do Orçamento da União, onde estão listadas as despesas e as receitas do Governo Federal;
- Criar Comissões Parlamentares, Permanentes ou Temporárias, com funções legislativas e fiscalizadoras, de elaboração das leis e de acompanhamento das ações administrativas. Existem também as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) para investigar irregularidades;
- O Presidente da Câmara dos Deputados é eleito por meio de uma votação entre os deputados federais e seu mandato é de dois anos. É o segundo na linha de sucessão presidencial, sucedendo o vice-presidente.

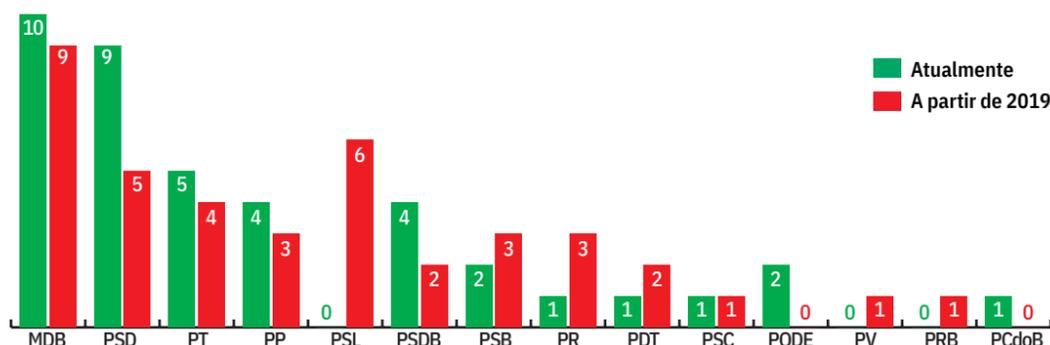
Linha de sucessão presidencial

- Na ausência do presidente, veja quem pode sucedê-lo.

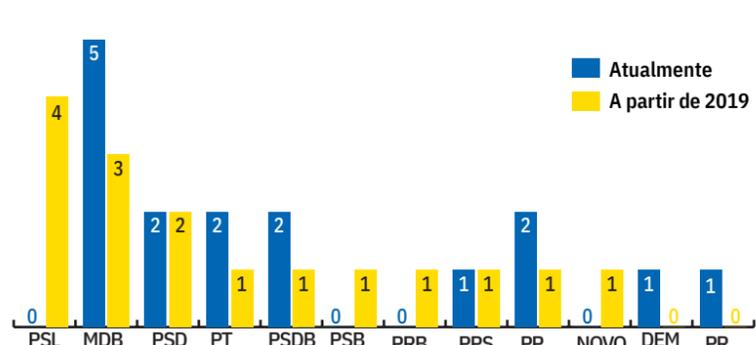


Veja a configuração de deputados catarinenses na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal antes e depois das eleições

Assembleia Legislativa



Câmara dos Deputados



FONTES: CÂMARA DOS DEPUTADOS, POLITIZEI, SENADO FEDERAL & TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) | IMAGENS: FREEPICK & FLATICON